



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 540 - DE 23 DE ABRIL A 7 DE MAIO DE 2017 - R\$ 4,00

Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista



Derrubar e enterrar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista, do Congresso Nacional e da burguesia

Abaixo as reformas da previdência e trabalhista

Revogação imediata da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio

Anulação de todas as medidas de privatização, desnacionalização e entreguismo

Não pagamento da dívida pública

Salário mínimo vital, fim das demissões, emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho

Abaixo o governo Temer! Por um governo operário e camponês!



RESPONDER À OFENSIVA INTERVENCIONISTA DAS POTÊNCIAS

Autodeterminação do povo sírio

Fora o imperialismo do Oriente Médio

Direito da Coreia do Norte de se armar contra as ameaças do imperialismo

Viva a revolução proletária!

Viva o socialismo!

Toda a força à greve geral do dia 28 de abril!

Não perder de vista o objetivo da luta Derrubar as reformas antinacional e antipopular!

A classe operária, os demais explorados e a juventude estão diante de um momento decisivo. Está a caminho o projeto da reforma trabalhista e da previdência. Os partidos e seus deputados manobram apresentando alterações. Querem parecer condescendentes com os assalariados e com os camponeses pobres. Michel Temer e seus ministros repetem e repetem que as reformas são para garantir direitos, melhorar a economia e retomar os empregos. Os meios de comunicação monopolistas se colocaram como porta-vozes do governo golpista. Insistentemente, explicam à população que a previdência está sendo salva e que as mudanças nas relações trabalhistas apenas sofrem modernização.

A verdade é que o projeto dificulta imensamente a aposentadoria, em particular à da classe operária, e obriga os assalariados a contribuir por mais tempo. Quanto à reforma trabalhista, dá aos capitalistas mais poderes para decidirem sobre a jornada de trabalho, a redução salarial, as demissões e o cumprimento de direitos (décimo terceiro, licença maternidade, férias, etc.), em resumo, liquida o contrato coletivo de trabalho e o individualiza. Juntamente com a lei da terceirização, a burguesia e o seu governo estão impondo uma das mudanças mais ampla, profunda e brutal em favor da classe capitalista e em detrimento da classe operária.

Sem dúvida, apesar de as reformas serem apresentadas para discussão no Congresso Nacional, estão sendo impostas ditatorialmente à maioria oprimida. A máscara da democracia parlamentar – conservando-se o funcionamento do Congresso – mal esconde que serve a uma ditadura civil, constituída por meio de um golpe de Estado. Sua função é a de centralizar as forças burguesas para impingir de uma só vez um conjunto de mudanças que há muito os capitalistas pleitearam.

A essência das reformas antinacional e antipopular consiste em se ter maior liberdade possível para o patronato explorar a força de trabalho de milhões; e melhores condições para o capital imperialista se apossar das riquezas nacionais e saquear mais facilmente o País.

É nesse momento que se torna completamente claro o antagonismo entre a burguesia e o proletariado; entre a nação oprimida e o imperialismo. O governo e as forças burguesas que o sustentam fazem de tudo para evitar o confronto entre as duas classes historicamente inimigas. A burocracia sindical é o principal auxiliar do poder burguês. Tem mantido os explorados fragmentados, desorganizados e submetidos à prepotência patronal. Tem canalizado o descontentamento das massas para a jogatina no Congresso Nacional. Tem submetido o movimento de resistência contra as reformas às manobras do governo e dos partidos burgueses. Tem se

negado a enfrentar as demissões em massa. Tem cedido à aplicação da flexibilização capitalista do trabalho.

A Força Sindical apoia o governo golpista. Mente para os operários que está contra as reformas. A CUT é ex-governista, mas também mente. Em palavras, toda a burocracia está contra as reformas. Na prática, cada fração burocrática, à sua maneira, divide a classe operária e a amarra por trás do jogo burguês no Congresso Nacional.

Não há nada mais decisivo do que pôr em pé um movimento nacional pela derrubada integral das reformas. No entanto, a crise política movida pelas delações da Odebrecht está servindo para cegar os explorados. Diariamente, não se fala de outra coisa senão da corrupção, da necessidade de passar o Brasil a limpo, de reformar a política e de sanear as instituições, entre elas os partidos.

Agora, bem agora, a Lava Jato eleva a temperatura contra Lula e o PT e a abaixa para os demais politikeiros e partidos. Montou-se um emaranhado e formou-se uma nevoa para obscurecer o rápido andamento das reformas reacionárias.

Não há outra maneira de dissipá-los a não ser levantando alto a bandeira da classe operária de “Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso

Nacional e da classe capitalista”! A não ser também rechaçando a política do PT de conduzir o movimento para as eleições de 2018 e defesa de Lula.

Só há um caminho para enfrentar os ataques da classe capitalista, combater de frente o governo golpista, o Congresso Nacional burguês-oligárquico e o imperialismo. O que exige clareza das reivindicações, fortaleza do método da ação direta e firmeza na independência política dos explorados. As reivindicações convergem ao objetivo de quebrar, esmigalhar e enterrar as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, bem como destruir a terceirização. O método se baseia na tendência geral de combate dos explorados – está colocada a organização da greve geral por tempo indeterminado. A independência de classe corresponde à defesa da estratégia revolucionária: libertar-se da política de conciliação de classes, potenciar a política de luta de classes e elevar a consciência socialista do proletariado e da juventude, lutando por um poder próprio, por um governo operário e camponês.

Nada de submeter o movimento ao Congresso Nacional! Nada de canalizar a luta para a disputa interburguesa em torno da corrupção! Nada de camisa de força eleitoral! Nada de Lula para presidente! Chega de mentira! Chega de divisionismo! Por um poderoso movimento de frente única, para quebrar a espinha dorsal do governo golpista e enterrar as reformas antinacional e antipopular!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Manobras de Temer e do Congresso não eliminam a essência da reforma trabalhista

Temer exige urgência na aprovação da reforma trabalhista. Objetiva usá-la como carro-chefe das reformas antipopulares. A aprovação esmagadora no Congresso Nacional fortalecerá o passo seguinte, que é o da reforma da previdência. Impõe a votação do caráter de urgência, depois de ter perdido um dia antes a sua votação. Tudo indica que no dia 25 de abril o parecer do relator, Rogério Marinho, seja aprovado na comissão. Para, em seguida, ser votado na Câmara de deputados.

O fundamental está em que a reforma trabalhista joga uma pá de cal sobre os direitos contidos na CLT, porque impõe o negociado sobre o legislado. As outras medidas podem ser mais duras ou mais flexíveis, desde que seja mantida a essência da reforma.

Negociado sobre o legislado

Trata-se da sobreposição das negociações entre os capitalistas e a burocracia sindical (que aparece como se fosse entre patrão e empregado). Os acordos passam a ter mais poder do que é previsto na legislação trabalhista. A partir daí, a proteção (que já é débil) da força de trabalho contra a exploração capitalista cai por terra. O negociado sobre o legislado é a fórmula mais acabada da flexibilização capitalista do trabalho.

Temer/Meirelles e seu serviçal Rogério Marinho fazem campanha de que a reforma trabalhista não elimina direitos, utilizando a manobra de que se trata de “modernizar” as relações trabalhistas dos anos de 1940. Que a reforma permite que as partes (capital/trabalho) negociem diretamente sem revogar os direitos contidos na CLT. E que a reforma possibilita maior autonomia para os sindicatos e maior segurança jurídica aos acordos aprovados. Está aí a armadilha do governo golpista para satisfazer os interesses dos capitalistas, entre eles, a exigência das multinacionais de deixar para trás a CLT. Não podemos esquecer de que os acordos entre os capitalistas e a burocracia sindical têm sido a desgraça para os trabalhadores, porque implicaram redução salarial (PPE), demissões (PDVs), suspensões (lay-off), etc.

Um ataque às conquistas contidas na legislação trabalhista

Formalmente, a reforma mantém décimo terceiro salário, hora extra, seguro desemprego, salário-família, licenças maternidade e paternidade, aposentadoria, férias, repouso semanal remunerado, enfim uma lista de 29 itens. Na realidade, o negociado sobre o legislado flexibiliza os direitos.

A burguesia quebra uma conquista histórica da classe operária, que é a jornada de 8 horas diárias. A reforma determina que por meio do acordado se possa ampliar a jornada de trabalho, num limite de até 12 horas por dia e 48 horas por semana. Justamente quando a resposta ao desemprego é a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, os capitalistas fazem o contrário.

Prevê que as férias de 30 dias sejam parceladas, de acordo com os interesses do patronato. Determina sua divisão em três períodos. Certamente, os capitalistas concederão férias nos momentos em que as empresas não necessitam do trabalhador.

Cria o trabalho intermitente. Uma modalidade de trabalho de prestação de serviços, pelo qual o assalariado recebe por dia ou horas trabalhadas. Não há horário fixo, nem salário, nem direitos. A CLT permite a contratação parcial, com duração de 25 horas semanais. Porém, os capitalistas exigem maior autonomia para contratar quando lhes convier. Os encargos sociais (considerados um peso para o patronato) deverão ser proporcionais aos dias de prestação de serviços. Por esse mecanismo de contratação, os trabalhadores dificilmente alcançarão a aposentadoria e direitos integrais.

Em relação à terceirização, o governo impôs primeiro a Lei da Terceirização, expandindo-a para todas as atividades. O que faz a reforma trabalhista é eliminar as regras sobre o trabalho temporário, para fazer valer a Lei da Terceirização (nº 13.429/17), que também modificou o tempo máximo de contratação, de três meses para 180 dias, consecutivos ou não, podendo ser esticado para mais 90 dias. Criou-se um dispositivo que aparentemente pode ajudar o assalariado, que é o período de 18 meses entre a demissão e sua recontração, pela mesma empresa, como terceirizado. Uma reclamação da burocracia sindical que questionava as demissões, a contratação imediata como terceirizado na mesma empresa, o corte do atendimento médico e a alimentação. Em relação ao uso dos serviços de alimentação, os terceirizados só terão direito se constituírem mais de 20% do total de empregados contratados diretos pela empresa. Portanto, a maioria dos terceirizados dependerá da marmita.

A reforma regulamenta o teletrabalho (intitulado como home office). Ou seja, o trabalho feito em casa. Trata-se de um acordo entre a empresa e o trabalhador, que prestará serviços a distância. Salário e direitos devem ser proporcionais ao tempo trabalhado. Cabe destacar que se estimam 12 milhões de terceirizados e 15 milhões de teletrabalhadores. São formas de trabalho com alta rotatividade e grande exploração da mão-de-obra.

Governo negocia o fim do imposto sindical

Na proposta de reforma há o indicativo de pôr fim à contribuição obrigatória. Ainda não há acordo entre governo, Congresso e burocracia sindical. O Ministro do Trabalho, Mendonça, é favorável à manutenção do imposto sindical. O relator, Marinho, mostrou disposto a criar uma regra para que fique limitado aos assalariados e empregadores sindicalizados. Temer disse que o Congresso exige o fim e que estaria disposto a estabelecer (após a aprovação da reforma) um mecanismo para a cobrança do imposto. As burocracias sindicais, não querem largar o osso, se sujeitam à chantagem do governo e do Congresso Nacional.

Está claro que se trata de uma negociata em torno das reformas. É do interesse do governo manter a burocracia presa à coleira. Sem dúvida, o imposto sindical serviu para se pôr em pé o sindicalismo burocratizado e estatizado. Pelo visto, a burguesia pode substituir o imposto sindical por um outro recurso. No momento, não se trata de discutir essa questão. Trata-se, sim, de rechaçar integralmente as reformas e qualquer medida do governo golpista de Temer, o que inclui rechaçar o fim do imposto sindical.

Ato dos Metalúrgicos do ABC contra as reformas

O sindicato dos metalúrgicos do ABC, ligado à CUT, realizou, dia 8 de abril, o ato contra as reformas da previdência e trabalhista. Havia representantes de sindicatos da CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas e Central de Movimento Populares.

Rafael Marques abriu o ato defendendo a importância da manifestação unitária com todos os sindicatos do ABC e as centrais. Discursou que será por meio dessa unidade que se vencerão as mentiras do governo ilegítimo. Antes de iniciar a marcha fez a pergunta: quem aqui apoia parar dia 28 e fazer a grande greve geral? A resposta dos presentes foi imediata.

Todas as intervenções foram no sentido de criticar o governo, considerado pelos reformistas como “ilegítimo”. Todos discursaram contra as reformas e chamaram à paralisação de 28 de abril contra as reformas. No entanto, as centrais sindicais procuravam subordinar a luta à pressão parlamentar e ao calendário de votação das reformas no Congresso. Uma forma de desviar as ações de rua e as greves, alimentando ilusões de que era possível convencer os deputados a votarem contra. Essa tática das burocracias sindicais vem causando duras consequências para a classe operária, a exemplo da aprovação da Lei da Terceirização.

Na realidade, não há disposição da burocracia sindical de enfrentar o governo golpista. A Força Sindical apoia o governo golpista e negocia emendas às reformas. A CUT quer unicamente desgastar Temer para potencializar eleitoralmente o PT e Lula nas eleições de 2018.

Considerando o profundo ataque que significam as reformas da previdência e trabalhista aos trabalhadores e o fato de São Bernardo ser o berço do PT/Lula, o ato de 8 de abril teria de ser massivo e com forte presença da classe operária. Mas, ao contrário, reuniu cerca de 4 mil pessoas em frente à sede do sindicato, seguida de uma marcha até a igreja Matriz, em São Bernardo.

O conteúdo das intervenções do ex-metalúrgico e deputado Vicentinho e de Luís Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-prefeito de SBC, expressou bem

o caráter eleitoreiro do ato e a hipocrisia da burocracia petista. Marinho começou dizendo que “temos de mostrar para a população o grande desastre que é o projeto de terceirização, aprovado “irresponsavelmente” pelo Congresso, e as reformas da previdência e trabalhista”.

Muitos dos presentes ao ato eram operários da Volkswagen, alguns da ex Ala 21, setor de peças e acessórios da fábrica, que foi terceirizado pela multinacional, com o aval de Luís Marinho e toda a direção do sindicato. Lembremos que o próprio Lula foi levado à fábrica pela direção do sindicato para defender a terceirização, que como sabemos, significa demissão e precarização. É importante lembrar que os metalúrgicos da ala 21 e seus representantes, na época ligados a oposição chapa 2, fizeram uma importante luta contra a terceirização do setor.

Marinho continuou “...nosso desafio não é fácil, precisamos convencer e ganhar para nosso projeto o povo brasileiro que apoiou o golpe”. Concluiu chamando a “preparar a disputa para o ano que vem, a preparar a disputa para construir a vitória de Lula de novo, para novamente colocar o Brasil, no rumo do crescimento e da esperança...”

Como vemos a saída que Marinho e a burocracia petista querem dar para a crise econômica e política é voltar a eleger o Lula/PT para presidente, ou seja, enganar uma vez mais as massas com a mentira das eleições, que nada resolvem para os explorados.

O Partido Operário Revolucionário atuou no ato, por meio das bandeiras - não subordinar a luta contra as reformas da previdência e trabalhista às manobras do governo golpista e dos quadrilheiros do congresso. Independência política do proletariado frente a burguesia. Por uma verdadeira greve geral, por tempo indeterminado, para derrotar as reformas da previdência e trabalhista do governo golpista

Expulsar as burocracias traidoras dos sindicatos e centrais. Construir a frente única sindical regional, estadual e nacional, contra as reformas - expressas no Jornal Massas.

Rio Grande do Norte

Comitê pela greve geral é formado

Constituiu-se, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), um comitê com o objetivo de mobilizar a comunidade universitária contra as reformas do governo Temer e para a construção da greve geral. Tendo ocorrido já duas reuniões, tem participação da CNB (PT), PCB, LSR e MES (PSOL), MAIS e POR, além da presença de alguns dirigentes do SINTEST (técnico-administrativos) e de alguns CAs. A Direção da ADURN (PCdoB) e a majoritária do DCE (JPT) estão ausentes.

Dentre os principais encaminhamentos, decidiu-se pela acertada orientação de realizar plenárias setoriais unificadas das três categorias como parte da construção de uma assembleia unificada, com o fim de deliberar sobre a paralisação do dia 28 e de construir uma pauta unificada. Discutiu-se também que fossem englobadas, na pauta, reivindicações locais imediatas (creches, ônibus circular, RU, etc.) a serem entregues à

reitora em ato pela manhã no dia 28.

A LSR propôs como encaminhamento que fosse exigido da reitora Ângela, por ser presidente da ANDIFES e por suposta intenção de desmascará-la, um posicionamento em relação à Reforma da Previdência. O POR se contrapôs a esse encaminhamento, por ser desviacionista, colocando a experiência da luta contra a PEC do Teto no ano passado, onde a reitoria disse que era contra a PEC, mas não atendeu à reivindicação dos estudantes de que fosse suspenso o calendário acadêmico, além de ter reprimido a greve do SINTEST (mesmo tendo dito, também por uma reivindicação do SINTEST, que “apoiava a greve”), ameaçando com corte de ponto e impondo reposição de horas paradas, mostrando que seu apoio era restrito ao âmbito institucional, de disputas de emendas. A proposta da LSR acaba servindo para facilitar que a reitoria possa manobrar e

confundir a comunidade universitária. Na realidade, a reitoria já tem se posicionado, em espaços mais reduzidos, com sua tática de “frente parlamentar” para disputar emendas, mas, para o grosso da comunidade universitária, aparece omissa, o que também já é um posicionamento de complacência diante dos ataques do governo golpista.

A criação do comitê pela greve geral e a orientação de realização de plenárias setoriais, assembleia e pauta unificadas é um passo importante para, no âmbito da UFRN, contribuir para edificar as condições para a greve geral. Sem dúvida, o comitê se depara com o obstáculo da desmobilização das bases em virtude do seu desarmamento pela política de conciliação de classes das direções dos estudantes, professores e funcionários.

A utilização dos métodos corretos de ação direta (manifestações, bloqueios, piquetes, ocupações, greve, etc.) e democracia operária (soberania das assembleias de base, deliberações de maioria e minoria), em defesa das reivindicações, é o que possibilitará constituir o comitê como uma ferramenta de luta reconhecida pela comunidade universitária. As reivindicações imediatas e a luta pela regeneração do DCE, ADURN e SINTEST como instrumentos de luta coletiva podem servir como auxiliares na mobilização e no fortalecimento da ação direta, único método capaz de derrotar as reformas da previdência, trabalhista e a terceirização.

MANIFESTO

Por um 1º de Maio unificado, classista, internacionalista, democrático e de luta

O governo golpista de Temer caminha aceleradamente com as reformas da previdência e trabalhista. Já impôs a Lei da Terceirização e a reforma do ensino médio. Avança com as medidas de desnacionalização do petróleo, da propriedade fundiária e do sistema de aviação.

Há muito que o grande capital e os governos procuravam implantar esse conjunto de reformas capitalistas. No entanto, somente agora, com um governo nascido de um golpe de Estado, está sendo viabilizado. Mesmo mergulhado na profunda crise política, Temer e o Congresso Nacional autoritariamente decidem por cima da população, da maioria oprimida e do País.

Os meios de comunicação monopolistas tudo têm feito para convencer os trabalhadores de que se trata de uma necessidade do Brasil e não de um governo. A insistência em falsificar sistematicamente a verdade demonstra que nas fábricas, no campo, nos bairros, nas escolas e em todos os locais de trabalho há uma rejeição às reformas da previdência, trabalhista e da educação. Essa rejeição ainda não aparece quanto à desnacionalização e ao entreguismo pró-imperialista devido à falta de compreensão sobre o significado de tais mudanças em setores da economia.

A ausência de uma resposta, por parte das centrais sindicais, à política de favorecimento ao capital estrangeiro contribui decisivamente para que o governo golpista entregue o petróleo, as terras e a aviação aos investidores internacionais.

Em menos de um ano, Temer presenteia o capital financeiro com a Lei do Teto e a reforma da previdência. Presenteia o capital industrial e comercial com a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista. Presenteia de forma geral o capital imperialista. Presentes que custam suor e sangue da maioria explorada; que custam a desnacionalização, o fortalecimento da presença do capital estrangeiro e a sangria das riquezas nacionais.

O governo, o Congresso Nacional e seus partidos ocultam que tais medidas antinacionais e antipopulares decorrem da necessidade da burguesia de sustentar a gigantesca dívida pública e pagar a insuportável carga de juros. Decorrem da necessidade dos capitalistas de aumentar a exploração do trabalho, portanto, da necessidade de reduzir salários, aumentar a jornada e eliminar conquistas que protegem a força de trabalho.

O capitalismo em decomposição obriga os exploradores a darem passos atrás nas relações trabalhistas e impõe à classe

operária maior submissão. A flexibilização capitalista do trabalho – lay-off, PDV, terceirização, banco de horas – é um ataque montado pelas multinacionais e que serve aos exploradores em geral. É o grande capital que estabelece os métodos e os meios de aumentar a exploração e garantir a alta taxa de lucro. O governo golpista não passa de um serviçal dessa orientação da poderosa burguesia mundial.

Se a classe operária não se levantar em todo o país e se colocar na direção da maioria nacional oprimida, a ditadura civil de Temer cumprirá o objetivo do golpe, que é o de descarregar a crise inteiramente sobre as massas exploradas. Esse é o problema vital que diz respeito à defesa das condições de existência da maioria dos brasileiros.

Disposição de luta existe. A manifestação do dia 15 de março foi um sinal. No entanto, as centrais sindicais decidiram adiar a luta para 28 de abril. Seguem assim as manobras do governo e do Congresso Nacional. A direção majoritária dos sindicatos não está pela derrubada das reformas. Está pela negociação dos projetos. No fundo, a burocracia sindical está de acordo com a burguesia de que deve haver alguma reforma da previdência e trabalhista. Quer apenas participar de sua elaboração.

As duas maiores centrais – CUT e Força Sindical – se tornaram governistas. Em outras palavras, colocam os sindicatos na dependência das políticas governamentais. A CUT segue o PT. A Força Sindical segue o que melhor lhe convém, agora está pela sustentação do governo golpista.

O fato de Temer ter marginalizado as centrais do processo de formulação das reformas e desconhecido a opinião dos parlamentares a elas vinculados as obrigou a questionarem a “legitimidade” dessas medidas. A CUT se apresenta como oposição ao governo e às reformas. A Força Sindical está com o governo, mas o critica por não ser ouvida. Aparentemente, as centrais aparecem unidas contra as reformas, ou seja, contra a maneira como foram concebidas.

Como se vê, não há de fato uma unidade que impulse a mobilização conjunta dos explorados para quebrar a ofensiva de Temer. As duas centrais estão sob pressão das bases operárias, descontentes e revoltadas diante das mudanças na previdência e na CLT. A burocracia, assim, não tem como apoiar os projetos do governo e não tem como organizar a luta desde as fábricas até as

ruas. Os burocratas acabam se colocando no mesmo terreno das manobras que canalizam o descontentamento da classe operária para as decisões do Congresso Nacional e adiam o combate, dando tempo, espaço e fôlego para o governo em crise prosseguir.

O governo golpista, mergulhado nos escândalos de corrupção, somente está de pé devido à política de colaboração de classes da burocracia cutista e forcionista, que continua a vigorar após o golpe. É nestas condições que se realizará o 1º de Maio.

Era de se esperar que o momento servisse para uma grande mobilização nacional dos explorados contra o governo golpista e sua política reacionária. No dia 28 abril, está prevista a greve nacional. O 1º de Maio, portanto, deveria ser a continuidade dos protestos e greves unificadas.

O 1º de Maio deveria ter como bandeiras *“Abaixo as reformas da previdência e trabalhista”, “Revogação imediata da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio”, “Anulação de todas as medidas de privatização, desnacionalização e entreguismo”, “Não pagamento da dívida pública”, “Salário mínimo vital” e “Fim das demissões, emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho”*. Essas bandeiras unificam a classe operária e os demais explorados. Permitem que os sindicatos organizem a greve geral por tempo indeterminado.

A vanguarda proletária e as correntes de esquerda têm a obrigação de combater o divisionismo da burocracia e defender um 1º de Maio unificado, classista, democrático e de luta. Cabe constituir um comitê de frente única para organizar o dia 28/04 e o 1º de Maio unificados.

Como pode um governo e um congresso nacional tão apodrecidos decidirem sobre reformas que esmagam os trabalhadores e tornam o país mais submisso ao imperialismo?

A principal pergunta diante da lista do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, é: como pode um presidente da República, um corpo de ministro, uma Câmara dos Deputados e um Senado repletos de corruptos e de delinquentes da política burguesa dirigirem o País e tomarem graves decisões sobre a economia e a vida da imensa maioria dos brasileiros? Qualquer outra pergunta não tem sentido e é distracionista se não respondermos que força é essa que sustenta tamanha podridão.

A delação premiada dos donos e funcionários da Odebrecht completou o quadro horrendo da vasta rede de crimes cometidos por partidos, parlamentares e governos em conluio com poderosas empresas. Evidentemente, a revelação de tais operações se limita às construtoras. Permanecem encobertas as relações promíscuas com banqueiros, industriais, multinacionais e chefes do agronegócio. Caso se desvendasse o funcionamento completo dos partidos da burguesia, o quadro seria preenchido em cem por cento. As exposições feitas pela Odebrecht bastam, porém, para se deduzir que não há políticos e partidos burgueses fora da corrupção.

A ideia que os representantes e porta-vozes da burguesia naturalmente transmitem é que corrupção sempre houve e sempre haverá, mas que se trata apenas de algumas laranjas podres no cesto. Essa é a maneira de ocultar as raízes da corrupção política, o seu caráter intrínseco ao Estado e a sua real dimensão. O fato que mais ressalta na contagem de 98 autoridades protegidas pelo foro privilegiado e 201 sem essa blindagem

O Partido Operário Revolucionário tem consciência de que essa unidade não é possível. As burocracias já anunciaram a divisão, que há muito infelicitava o movimento sindical e popular. No entanto, não deixamos de levantar a bandeira do 1º de Maio unificado, uma vez que corresponde à necessidade objetiva da classe operária em sua luta contra os ataques da burguesia e seu governo.

Esse 1º de Maio tem mais um motivo de força maior para ser unificado e de combate. A decisão do governo fascista de Trump de bombardear a Síria e enviar uma frota de guerra para cercar a Coreia do Norte expõe a gravidade da crise mundial. O imperialismo realiza uma ofensiva militar sobre países que não estão submetidos aos ditames dos Estados Unidos. Em nome dos direitos humanos e da segurança nacional, a burguesia norte-americana e seus aliados vêm potenciando as tendências bélicas. Não se fazem intervenções militares sem que se arme uma campanha de falsificações e mentiras. É o que está sendo feito em torno da tragédia na Síria, cuja mortandade provocada por armas químicas aumentou o rio de sangue dos 400 mil mortos. O 1º de Maio internacionalista, proletário, deve levantar a bandeira *“Autodeterminação do povo sírio”!* *“Fora o imperialismo do Oriente Médio”!* *“Direito da Coreia do Norte se armar contra as ameaças do imperialismo”!* Em nosso país, defendemos a autodeterminação das nações oprimidas combatendo a burguesia e o governo golpista, levantando a bandeira de *“Abaixo o governo Temer”!* *“Por um governo operário e camponês”!*

gem é que se descortinou a falsa explicação da laranja podre no cesto sadio. A questão posta é como encontrar uma só laranja sadia no cesto podre.

Os comentaristas da imprensa monopolista encenam surpresa com tamanha proporção e pedem que, desta vez, se “passe o Brasil a limpo” e que se realizem mudanças na lei eleitoral. Rogam para que o santificado Supremo Tribunal Federal ache uma solução para tamanha iniquidade, como se este não fizesse parte do mesmo cesto. Esmeram-se em dopar o descontentamento da população com discussões sobre o processo judicial. Selecionam, mais uma vez, o PT como o culpado de tudo. Poupam na medida do possível os demais partidos da burguesia, focando as críticas a personagens isoladas. E centralizam os ataques a Lula, com o claro objetivo de impedir sua candidatura.

Os acusados se defendem com um mesmo argumento: os delatores não apresentaram provas, as doações foram lícitas e contabilizadas na justiça eleitoral. Jorram indignações. Todos dizem confiar na justeza e capacidade de discernimento do STF. Esperam ter acesso aos autos para provar a inocência. Os noticiários rastreiam as denúncias, dão mais tempo àquelas que atingem o PT, colocam seus comentaristas para pôr em dúvida as alegações de alguns dos acusados mais focados e dirigem a campanha em função das eleições de 2018. E exigem as respostas dos delatados para dar um ar de direito à defesa. Antes os comentaristas fazem um julgamento decidido pela emissora e depois da rápida defesa declarada pelo acusado,

novamente os comentaristas, em alguns casos, voltam à condenação. A imprensa monopolista monta seu tribunal e emite os juízos para a população.

Oito ministros, 24 senadores e 39 deputados comeram nas mãos das empreiteiras e prestaram-lhes preciosos serviços. Os implicados não pertencem ao “baixo-clero”. Dentre eles, contam figuras do topo da República e dos partidos. Não foi novidade o comparecimento de nomes como Aécio Neves, José Serra, Aloysio Nunes, Rodrigo Maia, Eunício de Oliveira, Renan Calheiros entre outros, que já haviam sido arrolados pela Operação Lava Jato. A confirmação de suas participações nas transações com as empreiteiras foi o que causou alvoroço. Não faltou na lista da delação o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A surpresa talvez tenha sido a denúncia contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por ser mais um político das sombras do que das luzes. Está claro que todos comeram nas mãos da Odebrecht.

O PSDB vem em terceira posição, depois do PT e do PMDB, na lista de denúncia. Nota-se que a ordem hierárquica de valores não altera o produto. Mas está montada como se os crimes de um fossem maiores que os dos demais. É assim que se tem minimizada a corrupção do PSDB e DEM. E se tem destacado o PT em relação ao PMDB e perante os demais partidos.

O que parece ser um acerto geral de contas da Lava Jato, na realidade, se trata de uma injeção da situação econômica e política por que passa o País. Não trará mudanças substantivas na política burguesa. Passada essa particular disputa interburguesa no seio do Estado, tudo voltará ao velho leito da dependência dos partidos da ordem ao financiamento proveniente dos mais poderosos grupos econômicos.

É de particular importância a delação que relata o interesse da Odebrecht pela Força Sindical e seu braço político, o partido Solidariedade (SD). A construtora agraciou o deputado Paulinho, tendo por objetivo obter o apoio da Força Sindical para evitar e quebrar greves nas obras das usinas hidrelétricas. Essa denúncia também não traz novidade. Paulinho é um reconhecido corrupto incorporado nas hostes dos governos e dos partidos. O fundamental da denúncia está em que põe às claras que a burocracia sindical ganha poder justamente quando passa a ter importância para a classe capitalista e sua política de Estado.

O apodrecimento do PT e de seu caudilho Lula na política burguesa também exige uma diferenciação. Por não serem orgânicos da classe capitalista e por estarem vinculados ao sindicalismo – controlam a maior central, a CUT –, percorreram um caminho em direção ao poder do Estado, apoiados na classe operária, e, assim, se submeteram de corpo e alma à classe capitalista. A extensão da corrupção, agora revelada, vai muito além do “mensalão” e evidencia que o PT e seu governo não criaram a dependência dos partidos ao financiamento dos capitalistas, tão somente foi assimilado pelas relações já existentes. O PSDB, DEM e aliados, bem como a imprensa monopolista, procuraram culpar o PT não apenas por sua própria corrupção, mas também pela de todos os partidos. A delação da família Odebrecht e de seus diretores teve a virtude histórica de colocar todos na vala comum da apodrecida política burguesa. Interessa em especial a revelação do patriarca da construtora, Emílio Odebrecht, que diz ter conhecido o sindicalista Lula, nos anos 80, por intermédio de Mário Covas, então governador de São Paulo pelo PSDB, cuja motivação foi a necessidade do empresário discutir como acabar com a greve que ocorria no

Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Obteve êxito e assim estreitou laços com o caudilho. Diz o capitalista que sua contribuição com a candidatura de Lula não se limitou ao financiamento de campanha. Teve importante papel em abrir as portas do empresariado e ajudou na formulação da famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual o candidato petista se comprometeu a respeitar os interesses da burguesia.

Michel Temer é um dos cabeças do PMDB que comandou a arrecadação de recursos junto à Odebrecht. O delator detalha uma reunião em que tratou da propina com a cúpula peemedebista. No entanto, não aparece na lista de Fachin, porque o presidente da República não pode ser investigado de crimes passados. A quadrilha do PMDB que controla o Senado e tem a maior bancada na Câmara dos Deputados passou a controlar o centro do poder do Estado com o golpe que derrubou Dilma Rousseff. Importantes figuras do PSDB, DEM e demais aliados que estiveram à frente do impeachment estão envolvidos no escândalo.

O movimento pela cassação do mandato da petista somente teve êxito porque a Operação Lava Jato descarregou toda sua carga sobre o PT. O que desencadeou uma revolta na classe média e permitiu que se pusesse nas ruas um movimento reacionário acionado pelo “Vem Pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”, etc. Agora, os moralistas, éticos e santinhos do PSDB, DEM, PPS, PSB, etc. têm suas verdadeiras identidades estampadas pela lista Fachin. Citamos os casos de Antônio Anastasia (PSDB), que fez o relatório no Senado condenando Dilma Rousseff; Onyx Lorenzoni (DEM), que fez uma cruzada na Câmara Federal contra a corrupção petista; Cássio Cunha Lima (PSDB), ardoroso defensor do impeachment; Júlio Lopes (PP), que se destacou na Comissão de julgamento do impeachment por sua intransigência em favor do acatamento da denúncia; e Yeda Crusius do PSDB, também inimiga jurada da corrupção petista. Não é preciso destacar os já destacados, como Aécio Neves e Aloysio Nunes que tanto se bateram pela limpeza do Palácio do Planalto dos petistas corruptos. É bom lembrar a declaração do deputado Carlos Sampaio, do PSDB, que propôs fechar o PT e cancelar seu registro. Não vimos o seu nome na lista. Mas sua referência é necessária, uma vez que a corrupção e a delinquência dos partidos que deram o golpe deixa o PT a dever.

Foi necessária essa descrição para responder à pergunta inicial. O ponto de partida está em reconhecer que se trata de bandalheiras, de jogos de interesse e de crimes contra o patrimônio público, nascidos e desenvolvidos nas entranhas do Estado e dos partidos da burguesia. A classe operária e os demais explorados estão diante de um terremoto na política burguesa. Os conflitos de interesses que se desprendem da profunda crise econômica, da desintegração mundial do capitalismo e da brutal concorrência entre as empresas, no caso em torno da Petrobras, das Petroquímicas e das obras públicas, explodiram as contradições internas ao Estado e aos partidos da burguesia. A Operação Lava Jato não fez senão servir de instrumento para a eclosão. Ministério Público, Justiça e Polícia Federais ganharam força política e romperam a centralização burocrática do Estado, regida pelo presidencialismo. A derrubada de Dilma e a constituição de um governo golpista não serviram para conter a explosão e disciplinar as contradições. O descontrole das forças burguesas em choque se deve à dimensão extraordinária da crise econômica e da intensa guerra intercapitalista pela preservação dos negócios e dos lucros. A burguesia brasileira e o capital financeiro internacional estão obrigados a descarre-

gar os efeitos deletérios do desmoronamento do capitalismo sobre a maioria oprimida. Esse foi o principal motivo do golpe e de constituição de um governo de ditadura civil.

Mesmo acossado pela crise que desmorona diuturnamente o governo Temer, as forças golpistas continuam a impor as reformas antinacional e antipopular. A bandeira que a burguesia levantou em meio à hecatombe das revelações da Odebrecht é a de passar a limpo o Brasil, mas sem comprometer as reformas da previdência e trabalhista que estão em andamento. O que quer dizer manter o governo podre em pé e preservar as forças da reação no Congresso Nacional. Temer é odiado pela população que compreendeu o que representa as reformas capitalistas e pró-imperialistas para suas vidas já sacrificadas. O governo não tem apoio nem mesmo na classe média que serviu ao golpe. As condições para uma explosão social estão dadas.

Chegamos ao ponto básico da pergunta: como pode um governo e um Congresso Nacional tão apodrecidos decidirem sobre reformas que esmagam os trabalhadores e tornam o País mais submisso ao imperialismo? O domínio do PT sobre a CUT e do SD sobre a Força Sindical dá a resposta. As duas centrais dividem e decidem sobre o movimento operário. Suas direções estão irremediavelmente comprometidas com a política patronal. Fazem parte da decomposição da democracia burguesa oligárquica. Estão comprometidas com potentes grupos capitalistas. Expressam a força econômica dos monopólios. São responsáveis pelo avanço da estatização dos sindicatos. Impulsionam a corrupção no sindicalismo. Formam uma casta parasitária com interesses próprios. Levam às últimas consequências a política de colaboração de classes. Estiveram e estão arrastadas pela disputa interburguesa que concluiu no impeachment. Essa burocracia se estruturou como apêndice das frações capitalistas e dos par-

tidos burgueses. Sua função histórica foi a de conter a luta de classes após a queda da ditadura militar. Para isso, se soldou à política eleitoral e aos governos da burguesia. Enquanto ocorria o processo de impeachment, os capitalistas demitiam em massa. A burocracia se debatia por trás dos movimentos dos partidos burgueses e, por baixo, colaboravam com os patrões que aplicavam a flexibilização capitalista do trabalho e demitiam a rodo. A classe operária vem sendo, portanto, traída sistematicamente por essas forças que controlam os sindicatos.

A CUT e a Força Sindical estão, porém, sob a pressão da classe operária, que já não suporta tantos ataques. A manifestação do dia 15 de março indicou as tendências de luta no seio dos explorados. As direções não deram continuidade, jogaram o movimento para o dia 28 de abril. Mas querem apenas que Temer e os parlamentares as incluam na elaboração das reformas.

Se a classe operária não romper o cerco dessa política de contenção e colaboração, o governo e o Congresso Nacional apodrecidos vão adiante com a destruição da previdência e liquidação de antigos direitos trabalhistas. É preciso combater os desvios criados pela campanha anti-corrupção da burguesia e centrar fogo contra as reformas do governo golpista.

Os mais distintos setores dos explorados procuram a unidade e estão dispostos a marcharem em defesa da previdência e dos direitos trabalhistas. Rechaçam o governo golpista, mas ainda necessitam ganhar força em tornos das bandeiras: “*Abaixo as reformas da previdência e trabalhista*!” “*Revogação da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio*!” É por essa via que se chocarão com as forças burguesas

que pugnam por impor as reformas e com o governo golpista. A resposta estratégica à crise econômica e política se concentra no programa de expropriação do grande capital e na luta por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Temer é odiado pela população que compreendeu o que representa as reformas capitalistas e pró-imperialistas para suas vidas já sacrificadas. O governo não tem apoio nem mesmo na classe média que serviu ao golpe. As condições para uma explosão social estão dadas.

O correto e o incorreto na posição do PSTU

Em 13 de abril, o PSTU divulgou sua posição diante da lista Fachin. Achamos necessário comentá-la. Isso porque estamos diante de uma profunda crise política e, ao mesmo tempo, de um ataque sem precedentes às conquistas mais elementares da classe operária. O título de seu pronunciamento – “*Abertura de inquérito no STF comprova que esse governo e Congresso não têm legitimidade para roubar a nossa aposentadoria*” – contém um erro de fundamento. Nos referimos à caracterização de governo e Congresso ilegítimos (não têm legitimidade).

Começaremos por um acerto. Eis: “*As reformas da previdência e trabalhista não cairão por si só, mesmo com o governo combatido e repudiado. É preciso fazer, pela base, uma grande greve para pôr abaixo esses ataques. Fortalecer os comitês contra as reformas, assim, é fundamental*”. O acerto está em que “*As reformas da previdência e trabalhista não cairão por si só*”, e que é preciso “*uma grande greve*”. No entanto, “*uma grande greve*” quer dizer greve geral por tempo indeterminado, apoiada em organizações de base, massivas e independentes. Parece que essa não é a ideia do PSTU quando diz uma grande greve. Ao não definir o seu caráter indeterminado, esvazia-se o conteúdo da “grande greve”. Temos a certeza de que a greve de um só dia, como está

previsto para o dia 28, não porá abaixo os planos de Temer. De forma que o acerto de que é preciso uma “grande greve” acaba por se anular ao se compactuar com a posição da burocracia sindical que rechaça a greve por tempo indeterminado. Pode-se dizer que o dia 28 de abril cumprirá a função do dia 15 de março de estabelecer marcos da luta e daí avançar. Não negamos o valor de uma greve geral de um dia, desde que esta esteja condicionada pelas tendências das massas e não pela política da burocracia sindical. No caso de ainda não estarem amadurecidas as condições para uma greve por tempo indeterminado, devemos dizer aos explorados que a greve geral determinada não será “uma grande greve”, por isso não será capaz de “pôr abaixo” os ataques do governo.

A burocracia é adversária radical de uma “grande greve”, ou seja, a greve por tempo indeterminado. Essa colocação sobre a tática na realidade tem um fundo estratégico. O que tem a ver com a situação concreta da crise e do lugar da burocracia sindical nas suas entranhas. Duas centrais comandam o movimento sindical, a CUT e a Força Sindical. São duas frações da casta burocrática. Ambas tomaram e tomam parte da crise política. A CUT governista não poderia fazer outra coisa senão se opor ao

impeachment de Dilma Rousseff. Mas se opôs sem romper seus laços de dependência com o Estado burguês, com o Congresso Nacional e outras instâncias. A CUT está submetida ao PT e o PT apodreceu no seio do Estado. Isso explica a impotência da CUT em se opor conseqüentemente ao golpe institucional e, em seguida, se opor ao governo golpista. A CUT segue a política do PT e do caudilho Lula de reerguer a oposição burguesa, valendo-se dos impasses do governo Temer, mirando as eleições de 2018. A Força Sindical, por meio do partido Solidariedade, integrou a frente burguesa golpista. Continua a servir de seu sustentáculo no movimento sindical. As duas frações burocráticas se uniram formalmente nas críticas às reformas de Temer porque estão sob a pressão da classe operária e porque também estão em jogo interesses burocráticos (imposto sindical, unicidade sindical, etc.). O que quer dizer que não vão unir de fato a classe operária e os demais explorados em uma “grande greve”.

O PSTU dirige a CSP-Conlutas, que passa por um importante teste da luta de classes. Nota-se que não se constituiu como uma vigorosa fração no movimento operário, sua debilidade é visível. Mas a questão que mais ressalta é a de que a Conlutas não faz um enfrentamento objetivo e claro à burocracia cutista e forcista. Está aí por que não se coloca pela defesa da greve geral por tempo indeterminado, confrontando a greve limitada e subordinada às manobras do governo e do Congresso Nacional, como tem feito a CUT e a Força Sindical. Está aí por que, em sua declaração de 13 de abril, o PSTU limita-se a defender a greve geral de 28 de abril.

O erro mais visível, no entanto, é a o de caracterizar o governo de Temer como ilegítimo e vincular as reformas à legitimidade. Seguindo esse raciocínio, chega-se a um possível governo que tenha legitimidade para realizar as reformas. Como se trata de uma armadilha, o redator desconhece as necessidades de assinalar que governo seria legítimo. No caso, a ilegitimidade de Temer e do Congresso é ditada, segundo PSTU, pelos inquéritos do STF sobre a corrupção. Assim, um governo e um Congresso Nacional corruptos “*não têm legitimidade para roubar nossa aposentadoria*”. O PSTU omite o fato de Temer constituir um governo não-eleito, isso porque não reconhece que houve um golpe institucional no País. Os petistas e aliados também utilizam a caracterização de ilegitimidade, mas para dizer que somente um governo eleito seria legítimo. Evidentemente, não interessa aos petistas referirem-se à corrupção como fator que determina a ilegitimidade. De maneira que o PSTU se vale do escândalo de corrupção e o PT, do fato de Temer ser golpista. Essas escolhas são possíveis porque a caracterização está no terreno da legalidade e moralidade burguesas. A noção de legitimidade e ilegitimidade de um governo expressa uma formulação liberal. Está aí por que rechaçamos a política que vincula as reformas antinacional e antipopular do governo ao fato ser corrupto ou ser golpista. O argumento de que é preciso rejeitar as reformas porque provêm de um governo e um Congresso ilegítimos leva a estabelecer uma relação entre legitimidade e ilegitimidade da

O erro mais visível, no entanto, é a o de caracterizar o governo de Temer como ilegítimo e vincular as reformas à legitimidade. Seguindo esse raciocínio, chega-se a um possível governo que tenha legitimidade para realizar as reformas. Como se trata de uma armadilha, o redator desconhece as necessidades de assinalar que governo seria legítimo.

própria reforma. Está aí por que para o PT as reformas são legítimas se o governo for constituído pelas eleições. Seriam, assim, legítimas as reformas antinacional e antipopular de Lula e Dilma. Um governo burguês que não revela aos olhos das massas a corrupção e as convençam de que sua política se baseia na moralidade e na ética se investiria de legitimidade. Nota-se que há uma interligação entre legitimidade como característica de um governo eleito e de um governo calcado na probidade.

O que temos de dizer é que as reformas são produtos de um governo burguês. E que por isso não importa se é mais ou menos democrático, se é uma ditadura militar ou ditadura civil e se aparece perante as massas como limpo ou sujo. O argumento liberal de governo ilegítimo cega a classe operária e demais explorados. Não lhes permite ver o governo como inimigo de classe, que deve ser combatido como inimigo de classe. E que somente a política revolucionária permite enfrentar o inimigo de classe. O governo do PT fez reformas porque exerceu o poder burguês sobre a maioria oprimida. O governo Temer vai mais a fundo nas reformas porque exerce o mesmo poder da burguesia. O que distingue o governo do PT é que este foi eleito pelas massas; e Temer se constituiu por meio de um golpe. Estamos obrigados a explicar para os trabalhadores a

situação concreta de cada governo e expor o conteúdo de sua política burguesa. Evidentemente, diante dos governos petistas enfrentamos um poderoso obstáculo que são as ilusões democráticas das massas. Temos de ajudá-las a recuperar a visão. No caso do governo golpista, que como tal expressa uma ditadura civil, essas ilusões não aparecem como um obstáculo.

Os agentes da burguesia têm procurado canalizar o descontentamento dos explorados para o campo da corrupção e da moralidade política. Uma vez que a disputa interburguesa tomou esse curso – ao ponto de levar ao impeachment –, as delações premiadas e a sua publicidade têm servido para distrair a atenção da classe operária diante das reformas da previdência e trabalhista. Está aí por que se estabeleceu uma linha de condenação moral-burguesa à corrupção e de defesa das reformas como necessárias.

Devemos dizer aos explorados que a corrupção é própria dos governos e da política burguesas e que, portanto, nasce do capitalismo e é um problema da burguesia. Somente a revolução proletária e a constituição de um governo operário camponês limpará o país de toda a podridão. A classe operária somente tem como julgar os crimes da burguesia se constituir um tribunal popular. Devemos dizer que o que interessa nas atuais condições de crise política é derrotar o governo golpista, pon-do abaixo as reformas antinacional e antipopular. E que para isso é necessário pôr em pé um poderoso movimento nacional, que paralise a produção, os transportes, o comércio, enfim toda atividade econômica. Devemos dizer abertamente que a burocracia sindical se levanta como o principal obstáculo para os explorados se unirem em uma frente única contra o governo burguês de Temer e suas reformas.

Quem deve julgar Lula e o PT?

Passado o vendaval da lista de Fachin, as atenções se voltam ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Duas expectativas opostas ganham corpo: a de que o caudilho petista seja condenado e a de que venha a concorrer às eleições de 2018. As duas possibilidades excludentes, como não poderia deixar de ser, condicionam os passos do PT e de sua burocracia sindical, a CUT.

A lógica política é a de que quanto mais Lula se projetar perante as massas, mais forte ele se torna diante do objetivo da Operação Lava Jato de prendê-lo. A conservação de parte de sua popularidade, como mostram as pesquisas de opinião, animam os petistas, aliados e seguidores. Mas pelo que observamos irrita parcela da burguesia, da classe média e da própria força tarefa, comandada pelo juiz Sérgio Moro.

A campanha dos meios de comunicação monopolistas é de condenação de Lula sem atenuantes. Aos poucos, põem de lado Aécio Neves, Eunício Oliveira, Rodrigo de Maia, etc. O presidente golpista, Michel Temer, cuja denúncia de Emílio Odebrecht é direta e claramente confirmada, foi posto fora de foco. A imprensa monopolista não pode enaltece-lo, mas não está impedida de lhe servir de tribuna para se safar, mentir e se apresentar como salvador da economia, dos empregos e dos programas sociais.

A população vem sendo intoxicada pelo vendaval de denúncias - em meio delas, realça a figura de Lula - e pela ventania da esperança de um novo Brasil que está nascendo, de um lado, com o ajuste de contas com os corruptos, com a impunidade e com a velha política do "toma lá, dá cá", e, de outro, com as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, bem como com a lei da terceirização.

As forças econômicas e políticas que comandam esse processo não comparecem encarnadas em nenhum partido e por nenhum chefe da política burguesa. Esse fenômeno se explica pelo envolvimento de todos eles na comercialização com as empreiteiras. Ninguém escapou do departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht. Todos comeram no mesmo cocho da poderosa empreiteira. As forças econômicas e políticas que comandam e armam o caminho de saída da mais profunda crise política depois do fim da ditadura militar se manifestam por meio das instituições que ergueram a mega investigação promovida pela Operação Lava Jato, ou seja, a Polícia Federal, a Justiça, o Ministério Público e a imprensa monopolista. Tais poderes da República não poderiam reunir tamanha capacidade de colocar o Executivo e o Legislativo à enorme pressão se não tivessem em sua retaguarda a mais poderosa das forças burguesas, que é o imperialismo, em particular, o norte-americano. O capital financeiro e setores do grande capital industrial nacionais escoram diretamente tais instituições, que raramente tiveram um papel tão aberto e relevante na história republicana do Brasil.

Recordemos que o golpe de 1964 foi desfechado em meio à crise da democracia burguesa oligárquica. Foram necessárias duas décadas de ditadura militar para aquietar e ajustar os interesses das frações burguesas no Estado. O que contou com os préstimos do imperialismo, até que se despertasse, sob a roupagem do desenvolvimentismo, o velho nacionalismo sob o governo do General Ernest Geisel. A ditadura entrou em declínio, teve de anunciar sua retirada organizada e concluiu en-

tregando, sem grandes transtornos, o poder para os civis, que reorganizou o quadro partidário, realizou uma Constituinte e aprovou a Constituição de retorno à democracia formal.

No transcurso de 32 anos, a Nova República não deu lugar a uma governabilidade estável. As crises políticas foram sucessivas. O PT e Lula se projetaram e puderam chegar ao poder justamente devido o enorme fracionamento da política burguesa, dos conflitos de interesses regionais, da impossibilidade de qualquer um dos governos de resolver a miséria e a pobreza das massas, bem como de enfrentar o poder do capital imperialista entranhado profundamente na estrutura econômica do País. Nem mesmo no breve período de crescimento econômico, que permitiu a Lula fazer boa vizinhança com o imperialismo, atender aos reclamos de setores da burguesia nacional, posar de justo distribuidor de recursos e defensor dos miseráveis, possibilitou a estabilidade política. A oposição procurou cassar o mandato de Lula logo no seu primeiro mandato.

A enorme dificuldade de o País ter um período de equilíbrio do regime democrático e assim garantir uma governabilidade estável se explica pelas profundas contradições econômicas e sociais. Sua economia de País capitalista atrasado e seu Estado tipicamente semicolonial, portanto, condicionados pelo capital financeiro e pelos monopólios internacionais, impossibilitaram a formação de uma poderosa burguesia nacional, que, como tal superasse sua fragmentação oligárquica, assim como impossibilitaram a enorme polarização entre as classes sociais, entre a riqueza concentrada nas mãos de poucos e o mar de pobreza e miséria da maioria oprimida.

Não é por acaso que no centro da crise que levou ao impeachment de Dilma Rousseff estão a gigantesca dívida pública, o parasitismo financeiro e a necessidade dos capitalistas recrudescerem a exploração do trabalho. Pode-se dizer que, nestas condições, a entrega do poder do Estado pela burguesia a um partido que não lhe é orgânico e que se propunha a realizar a absurda tese de reformar o capitalismo por meio da democracia foi um acidente de percurso. Em outros termos, uma variável política nascida em meio à crise de governabilidade, que percorreu do governo de José Sarney (PMDB) ao governo de Fernando H. Cardoso (PSDB), passando pelo impeachment de Fernando Collor de Mello (PRN).

Se os velhos e muito bem enraizados partidos oligárquicos não conseguem impor governos altamente centralizadores, não seria um partido nascido da conjunção das mobilizações operárias, da reestruturação do sindicalismo arrasado pela ditadura militar, da restauração da democracia formal e da reorganização partidária que iria superar as profundas contradições que estão nas bases das crises políticas permanentes. Sempre o agravamento da crise política reflete a relação entre o grau de centralização autoritária e o da descentralização democrática. A tendência predominante é o da centralização burocrático-autoritária, imposta pelo Executivo a todas as demais instituições do Estado. O fim da ditadura concluiu o processo de alto grau de centralização. O PT expressou a descentralização mais avançada. Evidentemente, refletiu a fragilidade da democracia burguesa oligárquica. É necessário considerar a queda do governo petista e a permanência da crise que continua a vergastar

o governo nascido do golpe tendo por fundamento histórico a necessidade da centralização burocrático-autoritária do Estado. Como o esgotamento do governo de Dilma, quanto às necessidades do grande capital, resultou da brutal crise econômica, não foi possível deter imediatamente a crise política, marcada pela revelação do sistema venal de financiamento partidário, patrocinado por um setor do empresariado (as empreiteiras). Somente uma parte da corrupção foi desvendada. As praticadas pelos banqueiros, multinacionais e grandes capitalistas da indústria nacional continuam ocultas. Pelo visto, as forças que impulsionam a Lava Jato não têm por que adentrar nesta seara.

O PT e Lula tiveram de abraçar com gosto – para o desgosto de parte dos petistas moralmente cínicos – os atrativos dos capitalistas da construção e de seus negócios conexos. Qualquer que seja o governo tem de se apoiar nesta ou naquela fração da burguesia ou, então, se apoiar sobre o seu conjunto e governar por cima das classes como poder centralizado-autoritário. O governo petista, por não ser orgânico da burguesia, não tem como governar por cima das frações burguesas. Não serve, portanto, para situações de desintegração econômica e de recrudescimento das pressões do imperialismo. Nem de longe, a frente burguesa que derrubou Dilma teve por motivo a corrupção. Essa faculdade própria do mercantilismo não derruba governo. No entanto, quase sempre comparece como um importante fator das crises políticas.

O PT e Lula se meteram fundo nas relações mercantis que presidem os partidos e que estão na base do Estado burguês. A separação entre corrupção política e pessoal é tênue, por vezes imperceptível e impossível de ser identificada. Os partidos burgueses e seus representantes no Estado formam parte das relações mercantis, delas são inseparáveis e delas se nutrem. O PT, por ter se aburguesado, simplesmente foi assimilado por tais relações. Em palavras mais diretas: se vendeu, foi comprado pelos capitalistas. Está aí por que sua corrupção tem sido apurada e julgada à parte dos demais partidos e figuras da política burguesa. Aécio, Temer, Renan, Serra, etc. somente podem se defender das acusações com os meios da própria burguesia. Lula não. É um bastardo. Precisa recorrer à classe operária, de onde nasceu e sobreviveu vendendo sua força de trabalho como metalúrgico, até que se desligou da classe de origem e passou a viver exclusivamente da política burguesa, que como tal é regada pelo financiamento do Estado e por poderosos grupos econômicos.

Evidentemente, a mutação não ocorreu da noite para o dia. Começou a se desvincular do proletariado ingressando na burocracia sindical. Foi como líder das greves do ABC que despertou, ao mesmo tempo, raiva e interesse em homens da burguesia e em representantes da política burguesa. É completamente verossímil o relato do Sr. Emílio Odebrecht que diz ter conhecido Lula por meio do governador de São Paulo, o já falecido Mário Covas, homem histórico do PSDB. Foi assim que o dono de um império da construção passou a simpatizar e a admirar Lula. O

caudilho lhe ajudou a resolver a dura greve no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Com esses gestos e contribuições aos interesses dos capitalistas é que Lula se viu diante de portas abertas à classe burguesa, para a qual anteriormente vendeu sua força de trabalho, como milhões de operários, por um salário de metalúrgico qualificado. Mas não foi apenas por razão de suas qualidades pessoais, mas fundamentalmente porque a classe operária o havia elevado em suas costas. Nesse sentido é que contam as qualidades pessoais. Estas poderiam ser usadas em benefício dos exploradores, conquanto fosse capaz de praticar uma política muito difícil de ser implantada, que é a da conciliação de classes, que se traduz no amortecimento da luta entre o proletariado e a burguesia.

A ausência de um poderoso partido revolucionário permite surgir tais fenômenos extraordinários. Basta ver que Lula se valeu da convergência das lutas operárias contra o confisco salarial, promovido por anos de ditadura militar, com o movimento democrático-burguês pela transição de regime político, cuja base social foi a abundante classe média urbana. Acabou por estar à frente do “novo” sindicalismo burocrático e da “nova” política de conciliação de classes no plano da democracia burguesa. É importante essa parte dos acontecimentos que antecede a ascensão e queda de Lula. No processo do “mensalão”, as forças que hoje estão mais perto do objetivo de acabar com a carreira

Qualquer que seja o governo tem de se apoiar nesta ou naquela fração da burguesia ou, então, se apoiar sobre o seu conjunto e governar por cima das classes como poder centralizado-autoritário. O governo petista, por não ser orgânico da burguesia, não tem como governar por cima das frações burguesas. Não serve, portanto, para situações de desintegração econômica e de recrudescimento das pressões do imperialismo.

política de Lula, chegaram perto do caudilho. Não conseguiram, porém, acabar com a sua popularidade, embora a tivessem atingido. O ex-presidente demonstrou sua popularidade elegendo Dilma Rousseff. No entanto, o “mensalão” não estava encerrado. A continuidade do PT à frente do Estado permitiu e potencializou uma nova etapa da crise política, que viria logo após Dilma ter sido eleita para o segundo mandato nas condições de crise econômica

explosiva. As empreiteiras e outros grupos econômicos que permanecem anônimos continuaram a canalizar um rio de dinheiro para a candidatura petista. A descoberta das fraudes montadas entre as empreiteiras, a Petrobrás e o governo se deveram em grande medida às disputas eleitorais e a necessidade de setores da burguesia de se livrarem da administração petista que naufragara já no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

A Operação Lava Jato contribuiu decisivamente para mobilizar a classe média e pôr em pé o movimento pró-impeachment. Mas, para atingir Lula e quebrar o PT, foi necessário chegar aos empresários, às construtoras. A força tarefa se deparou não com uma estrutura de corrupção montada pelo PT, mas sim pelos velhos partidos da burguesia, da qual o PT passou a fazer parte e, certamente, passou a manejar muito bem. Evidenciou-se que não seria possível cercar o caudilho sem expor toda camarilha da política burguesa. É nesse ponto em que se encontra a crise e a situação particular de Lula.

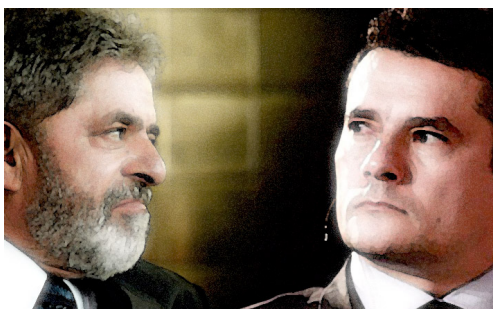
Os cálculos e negociações nos bastidores do poder, provavelmente, se fazem em torno da hipótese se é politicamente conveniente pôr o chefe do PT na cadeia sem tocar em Aécio, Temer, Renan, Jucá, etc. Os agentes da Operação Lava Jato estão

preparados para sua principal missão. O juiz Sérgio Moro e a imprensa monopolista pavimentam bem o terreno. Precisam convencer a população de que têm provas irrefutáveis. A mais importante delas é a de que Lula se utilizou da presidência da República para benefício próprio e de sua família.

A quem Lula, o PT, aliados e seguidistas recorrerão para defendê-lo do processo e da prisão? Sem dúvida, à classe operária e aos demais explorados. Contam para isso com baixo nível de consciência das massas e com o concurso de seu braço sindical. Ou seja, esperam que não tenham sentido e percebido a traição de classe levada a cabo pelo caudilho. Esse é o conteúdo de classe da questão. Mas está por se saber até onde a maioria dos explorados se convenceu da importância das revelações e acusações da Lava Jato. Se Lula for preso, ou apenas impedido de se candidatar em 2018, são possíveis

desfechos que se darão no âmbito da política burguesa. Chegamos ao ponto crucial. O PT e aliados necessitam de potenciar a candidatura de Lula. Empenham-se em usar o descontentamento dos explorados contra as reformas antinacional e antipopular de Temer para esse fim. Subordinam as lutas à bandeira das eleições e da constituição de um “governo legítimo”. Já não combatem o governo golpista, esperam que sua impopularidade se transfira aos partidos que promoveram o impeachment. Trabalham por se reorganizar como oposição burguesa. Estão assim pondo a perder o movimento contra as reformas antioperárias e contra a brutal ofensiva da burguesia.

Há quem nas esquerdas que pede “prisão de todos os corruptos”. Recorrem à justiça e aos cárceres da burguesia. Por



A força tarefa se deparou não com uma estrutura de corrupção montada pelo PT, mas sim pelos velhos partidos da burguesia, da qual o PT passou a fazer parte e, certamente, passou a manejar muito bem. Evidenciou-se que não seria possível cercar o caudilho sem expor toda camarilha da política burguesa. É nesse ponto em que se encontra a crise e a situação particular de Lula.

essa via, colocam-se no campo das disputas interburguesas. Procuram atender às expectativas da classe média, afeita ao moralismo burguês, cínico e hipócrita. Ajudam assim a acobertar que a corrupção é inerente ao capitalismo. Desviam-se da tarefa de explicar para os explorados que somente a revolução proletária varrerá toda a podridão, destruindo o poder da burguesia e edificando o socialismo.

Quanto à Lula, nos colocamos contra sua prisão. Defendemos que somente a classe operária poderá julgá-lo por suas traições. Afirmamos que somente um Tribunal Popular criado pelos explorados em luta (e não uma caricatura teatral) poderá julgar os crimes da burguesia e de seus agentes. No momento, está colocado o objetivo de concentrar todas as forças para derrubar e liquidar as reformas capitalistas e pró-imperialistas de Temer.

Rechaçamos e combatemos a política do PT, da burocracia sindical e dos aliados de desviar o combate para o campo da corrupção, da Lava Jato e do envolvimento do Lula. Rechaçamos e combatemos a subordinação da luta às manobras do governo e do Congresso Nacional. Rechaçamos e combatemos o divisionismo da burocracia que impede a constituição de uma poderosa frente única contra o governo golpista e suas reformas. Levantamos a bandeira de greve geral por tempo indeterminado. Trabalhamos para de fato pôr abaixo o governo e suas reformas; para quebrar a ofensiva da burguesia contra os explorados. Lutamos sob a bandeira de “Abaixo o governo burguês golpista de Temer”, “Por um governo Operário e Camponês”!

Professores-SP

Constituída a chapa unificada da Oposição para as eleições da Apeoesp

As eleições da Apeoesp foram antecipadas para o dia 25 de maio. Foi uma manobra da burocracia para impedir que setores da oposição tivessem tempo para se organizar. Em meio às manifestações contra as reformas do governo golpista, os dirigentes do PT e PCdoB, que compõem a maioria da direção do sindicato, impuseram a antecipação das eleições numa reunião de Conselho de Representantes, que está sob seu controle. Utilizou os estatutos do sindicato para impedir que a assembleia de 31 de março se posicionasse contrária a essa manobra, não colocando em votação a proposta da oposição de rejeição. Foi nesse quadro que as correntes de oposição convocaram a convenção para aprovar a unificação. Lembremos que, nas eleições passadas (2014), houve uma divisão porque o PSOL não aceitou participar de uma chapa unificada e disputar com o PSTU e correntes da Oposição Alternativa o comando da chapa. Uma disputa aparelhista

falou mais alto. Assim foram conformadas duas chapas oposicionistas. O que serviu de descontentamento entre a vanguarda, que aspira a unidade para derrotar essa burocracia encastelada há mais de 30 anos.

Após essa experiência negativa, PSOL e Oposição Alternativa (com a cisão do PSTU, o MAIS não fez restrições para que o PSOL estivesse no comando da chapa) convocaram a Convenção da Oposição Unificada, no dia 8 de abril. Porém, uma convenção previamente acordada entre essas correntes, como em convenções passadas. Ou seja, há um documento base de programa, elaborado pelos setores majoritários e apresentado para discussão na Convenção. E um acordo de que não se votam os nomes que compõem a chapa.

A Corrente Proletária na Educação atuou nesse processo, apontando a necessidade da unidade frentista a partir da democracia operária e da constituição de um programa comum

de enfrentamento às reformas, defesa dos empregos e salários, com o método da ação direta e independência de classe. Mas não teve força para mudar os rumos da Convenção.

A Convenção contou com mais de 20 agrupamentos oposicionistas. A Corrente Proletária atuou com um manifesto-programa, intervindo no plenário e se opondo aos pontos fundamentais do documento base. O esforço de construção dessa aliança, contudo, foi pontuado por problemas, que convêm ser debatidos criticamente. Primeiro: as conversas que deram origem ao documento-base não contaram com a participação de todos os agrupamentos. O documento acordado entre PSOL e Oposição Alternativa foi enviado às outras correntes na véspera da Convenção, unicamente para tomar ciência. Segundo: o acordo entre o Bloco (PSOL) e a Oposição Alternativa em torno do cabeça de chapa e vice se deu também à revelia das demais organizações. Terceiro: estipulou-se que as correntes menores poderiam fazer parte da chapa, indicando seus nomes na plenária ou depois. Portanto, um “modelo” de Convenção com traços burocráticos. Nada de novo. As Convenções passadas também se deram sob essas velhas práticas sindicais. O correto seria a Convenção aprovar o programa da chapa e depois ela mesma deliberar os nomes que melhor o encarnassem. A escolha, entretanto, não respeitou esse critério. Foi levada à plenária como fato consumado. Sabe-se que o fator que pesou foi a projeção do PSOL (Bloco) na disputa eleitoral passada e a possibilidade de angariar mais votos agora por meio dessa unidade.

Discussões em torno do documento-base

Nossas divergências centrais:

a) Sobre a caracterização do governo Temer

A Corrente Proletária se colocou contra a utilização da expressão “governo ilegítimo”. Essa formulação, que hoje vem sendo assumida pela maioria das correntes de esquerda, se apoia na defesa da institucionalidade burguesa. Essa foi a caracterização do PT, que se pronunciou contra o impeachment por não haver provas do crime de responsabilidade. O governo advindo da deposição de Dilma seria, então, “ilegítimo”, pois teria sido fruto de uma fraude. Para a Corrente Proletária, no entanto, o impeachment constituiu um golpe de Estado, apoiado em um instrumento da democracia burguesa. Trata-se de um golpe porque uma minoria caçou a decisão popular, que deu vitória a Dilma Rousseff. Assim, o governo Temer nasceu de um golpe institucional.

Cabe destacar que não houve propriamente um debate político em torno dos pontos divergentes. As correntes que se opuseram ao documento-base se posicionavam e, em seguida, um dos defensores do documento o defendia. A votação expressava o controle que as correntes exerciam sobre os participantes da Convenção. Dessa forma, não havia como modificar o documento previamente acordado.

b) Defesa da estabilidade para os professores contratados

O documento-base não continha no ponto sobre a defesa dos professores categoria “O” a reivindicação de estabilidade. A burocracia da Apeoesp diz que defende a estabilidade nos moldes da categoria “F” (por 10 horas semanais, o que equivale ao salário mínimo de fome). A maioria das cor-

rentes de oposição é contrária a estabilidade sem concurso. Outra corrente insistiu em fazer uma contraposição entre estabilidade e efetivação. A Corrente Proletária se colocou pela estabilidade de todos os professores categoria “O” que estão na rede. Mostrou que se trata de uma reivindicação de luta contra o desemprego, subemprego e precarização das condições de trabalho. Denunciou a estabilidade defendida pela burocracia e se posicionou contrária ao concurso para os que já estão trabalhando. Nesse ponto, a militante do PSOL, que estava dirigindo a mesa, rebateu as colocações da Corrente Proletária e saiu em defesa do concurso. Logo foi chamada a atenção pelos proponentes do documento-base de que era preciso aceitar a bandeira da estabilidade. O que permitiu a aprovação da proposta.

c) Sobre o conceito de escola “de qualidade”

O documento-base traz a formulação reformista de “escola pública de qualidade”. Esse ponto permitiu que a Corrente Proletária fizesse a defesa da escola única, laica, estatal e vinculada a produção social. Mostrou que a bandeira de “escola de qualidade” pressupõe nos marcos do capitalismo em desagregação uma escola onde é possível o desenvolvimento do conhecimento científico e uma aprendizagem para todos. Explicou que o capitalismo levou às últimas consequências a separação entre teoria e prática, a unidade entre o fazer e o pensar. E que uma nova escola só poderá surgir com o fim do capitalismo e a instauração de uma sociedade socialista. O combate por uma escola laica, científica, gratuita, para todos e vinculada à produção social é parte da revolução socialista. A consigna de uma escola “de qualidade” alimenta a ilusão de que é possível uma Educação “emancipadora” debaixo do modo de produção capitalista. Os proponentes do documento-base enfatizaram sua formulação e a proposta foi aprovada.

d) Sobre as opressões

A discussão desse ponto foi aligeirada. O documento-base traz a defesa das posições reformistas e centristas sobre o machismo, gênero, cultura do estupro, etc. A Corrente Proletária se opôs e concentrou na explicação de que toda opressão é de classe. Tratava-se de combater a origem de toda forma de violência, com um programa que partisse das reivindicações concretas de defesa dos oprimidos, fazendo a ponte com as bandeiras estratégicas, de destruição do capitalismo e de defesa do socialismo. O racismo e todas as formas específicas de violência e discriminação são formas particulares de manifestação da opressão de classe. Essa posição foi combatida por meio do argumento de que haviam formas específicas de opressão, como as que recaem sobre os ombros das mulheres, negros e homossexuais. Houve, porém, uma tentativa de suavizar a divergência, afirmando que essas formas específicas estão “ligadas” à questão de classe. Ao dizer que estão “ligadas”, negam o caráter de classe das opressões, baseando suas posições nas pseudoteorias pós-modernas de gênero e raça, que surgiram e se firmam cada vez mais em oposição ao marxismo.

Conclusão

Como se vê, na Convenção não houve um verdadeiro debate de posições. A discussão se resumia na defesa formal do documento, de um lado, e das posições contrárias (das correntes minoritárias), de outro. Predominava a dispersão, o que enfraquecia o debate político. Prevaleceu a ideia de que a unidade das correntes era frágil e, assim, poderia se romper

a qualquer momento. Não por acaso, a Convenção se encerrou rapidamente com a apresentação do presidente e vice da chapa, o militante Moacir (PSOL) e a militante Ana (corrente Conspiração que compõe a Oposição Alternativa). Por fim, foram feitas algumas saudações por parte da Intersindical e CSP-Conlutas e partidos políticos.

Lamentavelmente, a questão da distribuição dos cargos subordinou o debate de conteúdo e o amálgama de posições consensuais ficou acima da discussão e votação das posições programáticas. Isso revela traços burocráticos que devem ser combatidos para que uma verdadeira oposição se implante na Apeoesp. A defesa dos princípios fundamentais do sindicalismo classista deve ganhar força, como o da democracia

operária, para que seja removido dos traços do velho burocratismo, que ainda se faz presente em nosso meio.

A Corrente Proletária chamará o voto na chapa 3. Em que pese seus problemas, os setores que compõe a chapa oposicionista são aqueles que defendem a derrubada integral das reformas, com os métodos da ação direta. Que defendem a independência de classe, contra a política conciliadora e antidemocrática da burocracia sindical. Houve um acordo entre todas as correntes sobre o direito de defender no interior do movimento as posições minoritárias, que foram rejeitadas na Convenção. Atuaremos pela vitória da chapa 3 contra a chapa da burocracia. Defenderemos, também, o programa que apresentamos na Convenção da Oposição.

Programa da Corrente Proletária à convenção

Independência política e sindical

Chamamos os professores a recuperar a Apeoesp, retirando-a das mãos do reformismo petista

Chamamos os professores a enfrentar com os métodos da ação direta as reformas dos governos que retiram diretos, mutilam a educação pública e ampliam a exploração do trabalho

Chamamos os professores à luta unitária com a classe operária e demais trabalhadores para derrotar o capitalismo putrefato e implantar o socialismo como a única via de pôr fim à barbárie social da humanidade

Rechaçar a estratégia do imperialismo de superar sua crise sobre a base das demissões, eliminação de direitos trabalhistas e aumento da superexploração do trabalho
Rechaçar o intervencionismo econômico, político e militar sobre as nações semicolônias
Defender a autodeterminação dos povos oprimidos

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. As potências impõem maior submissão às nações mais atrasadas. O intervencionismo militar esfacela países inteiros. A fome e a miséria se alastram. Milhares e milhares de imigrantes fogem das guerras e da miséria, buscando refúgio nos países europeus. Por onde andam, ficam expostos a toda sorte de discriminação e repressão. A barbárie social cresce assustadoramente por toda parte. A diretriz da burguesia à desagregação do capitalismo é de maior sacrifício aos explorados. Para a maioria oprimida, a única resposta é o enfrentamento, o acirramento da luta de classes. Nossa luta tem como estratégia o combate ao sistema de exploração do trabalho e a defesa da sociedade socialista, que só poderá ser implantada pela via da revolução proletária.

Abaixo o governo golpista de Temer
Derrubar as reformas antinacionais e antipopulares com os métodos próprios dos explorados

Com o aprofundamento da crise econômica, intensificou-se a crise política. As forças orgânicas da burguesia, sob a proteção do imperialismo, depuseram Dilma Rousseff por meio de um golpe institucional. Instalou-se o governo golpista de Temer com a tarefa de impor as reformas antinacionais e antipopulares. Ato-lado na corrupção, mas amparado pelas forças golpistas, Temer vem aprovando as medidas reacionárias contra a economia nacional e contra os explorados, como a desnacionalização da terra, a Lei da terceirização, a PEC do Teto dos gastos, a privatização

do petróleo e demais setores chaves, bem como a reforma do ensino médio. São, assim, despejado sobre as massas um conjunto de medidas que retira direitos históricos, além de manter o arrocho salarial e atingir a vida de milhões de famílias com o desemprego. Ao contrário de semear ilusões em alternativas eleitorais para substituir o golpista, os trabalhadores devem defender as reivindicações que unificam a maioria oprimida e que se chocam com o sistema de exploração do trabalho, seu governo e partidos. Devem propagandear a estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

Constituir a frente única sindical, baseada nas assembleias e nos comitês de base, para pôr abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio

As centrais sindicais devem ter com tarefa a constituição de uma verdadeira frente única sindical, que objetiva enfrentar o governo golpista e suas reformas, com os métodos genuínos da classe operária. As centrais não podem utilizar seus enormes aparatos para dividir os explorados. As direções da CUT e Força Sindical, que são as duas maiores, têm conduzido suas bases para o beco sem saída da pressão parlamentar e do desgaste eleitoral do atual governo, com vistas às eleições de 2018, como é o caso dos cutistas, empenhados em eleger Lula; já a burocracia sindical forçista apoia a Reforma da Previdência, propondo reparos, aceitando a sua essência. Trata-se, portanto, de uma linha política divisionista, na medida em que existem amplos setores que não estão dispostos a ficar a reboque da campanha lulista e nem a favor das reformas disfarçadas. O que unifica o movimento de massas é justamente a luta nas ruas pela derrubada das Reformas Trabalhista e Previdenciária. A divisão tem favorecido o governo, que ainda não enfrentou a resistência dos explorados, que terá de vir por meio da greve geral por tempo indeterminado.

Por uma verdadeira greve geral

Essa é uma questão urgente. Os dias 8, 15 e 31 de março foram iniciativas importantes, mas não contaram com a presença da classe operária por meio da greve. As centrais marcaram nova paralisação para o dia 28 de abril. Mas as direções sindicais já realizaram um desmonte das greves dos trabalhadores da educação, iniciadas em 15 de março. Não será com suspensão de greves que se imporá a greve geral. Ao contrário, ela virá pela generalização das greves. Sabemos que será pela via da greve geral por tempo indeterminado que poderemos reunir a força social suficiente para derrotar o governo golpista e suas reformas. Rechaçamos a farsa dos “esquentas, que só servem para postergar a luta. As medidas já estão sendo aprovadas pelo governo golpista. É preciso erguer já um amplo movimento de resistência.

Rejeitar a política de submissão do movimento às manobras do Congresso Nacional

Não há como confiar nas instituições do Estado burguês para encaminhar a luta contra as reformas. A atitude da direção da Apeoesp de rejeitar a greve a partir do dia 15 se mostrou fracassada e ainda colocou em isolamento o movimento dos municipais de São Paulo. O atrelamento das lutas dos trabalhadores ao calendário de votações do Congresso Nacional é derrota anunciada. O combate deve ser pela derrubada dos projetos, o que independe do dia em que está previsto para ser votado. Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças e se colocar inteiramente no campo da independência de classe. Os explorados devem confiar em suas próprias forças.

Combater a reforma do ensino médio, defendendo as reivindicações que unificam os professores, estudantes e explorados em geral

A decadência da educação e a precarização das condições de ensino são consequências da decomposição do capitalismo. Conforme agudiza a crise econômica, os governos se veem na contingência de impor reformas que desobrigam o Estado com o financiamento da educação. Não há como implantar medidas em favor da educação pública nos marcos do regime capitalista e de suas instituições. Ao contrário, na medida em que se aprofunda a crise do sistema, as limitadas conquistas são arrancadas. É o que se passa com as reformas que há muito vem sendo impostas pelos partidos que alcançam o poder do Estado. Não há possibilidade de uma “educação de qualidade” sem que se coloque por derrotar o sistema de exploração do trabalho e seu Estado. Está aí por que a luta pelas reivindicações de defesa da educação gratuita se choca com o governo. E é por meio dessa luta que imporemos, como nossos métodos, um único sistema de ensino, gratuito, laico e voltado à produção social. Nesse momento, centralizamos nossas forças no combate à reforma do ensino médio, ao fechamento de salas de aula, à precarização das condições de ensino. E levantamos as reivindicações de 25 alunos por sala de aula, fim dos contratos precários de trabalho, fim da terceirização nas escolas, reajuste imediato dos salários e fim de todas as medidas que penalizam os professores. É por meio dessa luta que unificaremos com os demais explorados e estudantes.

Defesa dos empregos, salários e conquistas sociais

Os professores há muito sofrem o peso dos baixos salários, do

subemprego, dos contratos precários e das medidas que aumentam a exploração do trabalho. Uma parcela vem ampliando a jornada de trabalho, combinando o cargo efetivo com os contratos de categoria F ou O. Outra, tem recorrido à rede municipal, submetendo a jornadas estafantes. Essa tem sido a alternativa para manter a família. Mas, o resultado tem sido o aumento de doenças de toda natureza. Por outro lado, a cada ano vem crescendo o número de professores desempregados ou subempregados. Não por acaso, estamos obrigados a recorrer a greve, na tentativa de impor as reivindicações de defesa da vida e da educação pública. Sabemos o quanto é difícil a greve contra a política do PSDB/Alckmin. Mas sabemos também que será pela força coletiva dos professores que poderemos conquistar nossas reivindicações. Está aí por que lutamos contra as divisões no interior das escolas e contra a não aceitação das deliberações de assembleias gerais, porque só fortalecem as ações repressivas do governador. Lutamos: *piso salarial de acordo com o salário mínimo vital, hoje em torno de R\$ 4.600,00; estabilidade aos professores contratados, independentemente do tempo de serviço e da aprovação em concursos; salas de aula com no máximo 25 alunos, redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho, com a divisão de todas as aulas entre todos os professores aptos; fim de toda legislação que precariza e destrói a educação pública e fim da reforma da previdência, trabalhista e do ensino médio.*

Combater toda forma de discriminação e opressão

É inerente ao capitalismo as desigualdades, as discriminações e as opressões. Toda sociedade de classes é de opressão de uma minoria sobre a maioria explorada. Mas foi sob o capitalismo que a opressão ganhou proporções gigantescas. O desemprego e a miséria esfacelam as relações sociais, atingindo as famílias e proliferando a violência. Para a burguesia, a saída está no aumento da repressão policial e nas prisões. Setores da classe média responsabilizam os homens pela violência às mulheres, apoiando-se nas pseudo teorias de “gênero” e “machismo”. E, assim, exigem “prisões” e “mais educação”. Denunciam a polícia pela matança de jovens, principalmente negros, mas não se colocam pela extinção do aparato policial. Combatem a discriminação aos homossexuais, no entanto, se valem das instituições do Estado burguês. É fundamental que compreendamos que a opressão sobre os negros, mulheres e homossexuais é de classe. Sem derrotar a sociedade de classes não erradicaremos a opressão. É na luta pelas reivindicações de defesa das mulheres que unificaremos homens e mulheres exploradas contra o sistema capitalista, raiz da violência de classe. É na luta pelas reivindicações de defesa dos negros e homossexuais que unificaremos a maioria oprimida para pôr abaixo toda sorte de discriminação e opressão. O capitalismo em putrefação sequer é capaz de amenizar a opressão sobre a mulher, os negros e homossexuais. Haja vista que as leis destinadas a coibição das discriminações e da violência não são aplicáveis e não são constituídas para resolver a opressão. Qualquer ilusão na via legislativa, judiciária e educacional obstaculiza a luta pelas reivindicações mais elementares e o desenvolvimento da luta pelo fim das discriminações. Partimos das reivindicações que protegem as mulheres, negros e homossexuais para a conquista da emancipação e da igualdade. *Está aí por que mulheres e homens explorados pela classe capitalista devem estar irmanados*

sob a política do proletariado e sob o programa de reivindicações que leve à luta pelo fim da sociedade de classes e pela libertação da mulher da escravidão do lar, da dupla jornada de trabalho, de toda sorte de discriminação, da mutilação da função social da maternidade, da privação ao direito de decidir sobre o aborto, da prepotência do homem que emana das relações capitalista de propriedade e de toda violência que inferniza o dia a dia da maioria das mulheres.

Que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública; que a maternidade seja reconhecida como função social da humanidade; que se coloque fim à dupla jornada, libertando a mulher da economia privada familiar; que toda mulher seja incorporada à produção social, com um salário compatível às necessidades; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta todas as condições hospitalares e medicinais; que o Estado construa creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Total igualdade entre negros e brancos. Trabalho igual, salário igual. Fim da violência estatal, policial, contra os negros.

Defesa das reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais. Responsabilização do Estado

Municipais SP

Governo Dória/PSDB ataca empregos de professores da EMEFM Prof. Derville Allegretti, mas mobilização arranca vitória

A EMEFM Prof. Derville Allegretti, localizada na Zona Norte de São Paulo, é uma escola municipal que possui Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico. Sua origem remonta ao ano de 1968, como a primeira escola de Ensino Técnico municipal, pública, mantida integralmente pela Prefeitura de São Paulo. As outras modalidades de ensino vão surgindo nos anos posteriores. Na atualidade, o ensino técnico é composto pelos cursos de Magistério, Prótese Dentária, Comércio, Administração e Informática.

Os professores que lecionam no Ensino Técnico, exceto no curso de Magistério, são, na sua maioria, contratados. Embora alguns trabalhem nessa escola há mais de 20 anos, não possuem estabilidade. O último concurso para o Técnico ocorreu no ano de 1996. A partir daí, todos passaram a ser contratados em caráter emergencial. Isso significa que sempre trabalharam na forma mais precária, sem os direitos dos professores efetivos. As renovações contratuais, no entanto, aconteciam todo ano.

Em abril deste ano, a administração de Dória/PSDB decidiu não renovar contratos de 5 professores e de mais outros cujos contratos venceriam no mês de maio. A justificativa da prefeitura é de que os contratos emergenciais assinados entre abril e maio de 2016 estavam irregulares. Ou seja, de uma hora para outra, esses trabalhadores foram demitidos sem terem, sequer, algum direito trabalhista assegurado.

Diante de tamanha arbitrariedade, iniciou-se a mobilização dos professores e estudantes. Tínhamos claro que somente a luta direta poderia reverter a decisão do prefeito. Tínhamos também claro o fato de ser a única escola da rede municipal com essa característica, o que dificultava a generalização do movimento para o conjunto dos trabalhadores municipais.

Ocorreram três momentos de mobilização. O primeiro foi a ida de professores e estudantes à Diretoria Regional de Ensino Jaçanã/Tremembé exigir da Diretora Regional uma resposta; o segundo momento foi na própria escola, quando essa mesma

pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor sexual.

Potenciar a democracia sindical (operária)

Há um obstáculo que impede o avanço da luta dos explorados, que é a ausência da democracia nos sindicatos e centrais. Para que os trabalhadores possam confiar em suas próprias forças, é necessário que encontrem uma organização sindical sem os atuais vícios burocráticos. É o que passa na Apeoesp (assembleias, congressos, conselhos de representantes, etc. inteiramente controlados pela direção majoritária/ PT e PCdoB). Para combater esse obstáculo, é preciso defender consequentemente a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato. O que implica a consolidação de uma Oposição, baseada inteiramente nos princípios fundamentais de funcionamento dos organismos dos trabalhadores. É preciso que levantemos a defesa da democracia operária. Combater o aparelhamento da entidade. E impulsionar o direito de livre expressão e a mais ampla organização dos trabalhadores a partir da base.

diretora regional compareceu sem nenhuma novidade; e, por fim, quando em uma assembleia de professores e estudantes decidiu a ida à Secretaria Municipal de Educação, exigir do secretário Alexandre Schneider a manutenção dos empregos.

Cabe também ressaltar que a burocracia do SINPEEM (sindicato dos professores e trabalhadores da educação municipal) compareceu de forma tímida no início da luta e logo a abandonou. Isso porque é base aliada do governo Dória/PSDB e, assim, não tem como enfrentá-lo.

Nos três momentos, a Corrente Proletária na Educação defendeu a recontração imediata dos professores. Defendeu que a possível “falha administrativa” (argumento utilizado pela chefe de gabinete do secretário da educação municipal ao receber professores e estudantes na SME) não era responsabilidade dos trabalhadores, mas sim dos governos. E que a forma de corrigir as irregularidades era com a estabilidade para os trabalhadores e não com a punição destes por meio da sua demissão.

Por fim, o movimento saiu vitorioso. Os professores foram recontraçados e receberão seus salários retroagidos a partir do momento do desligamento. A vitória deveu-se ao método correto empregado que foi o da mobilização, da ação direta. Não se recorreu a subterfúgios como pressão parlamentar e crença na justiça burguesa.

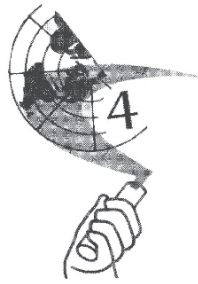
Dessa luta, porém, é preciso tirar algumas conclusões. A primeira é de que o ataque do governo Dória/PSDB, embora parecesse isolado, faz parte de um conjunto de ataques que vem sendo impostos aos trabalhadores, como as reformas da previdência, trabalhista e a Lei da Terceirização. Portanto, um ataque aparentemente a uma escola, na realidade faz parte da política geral de cortes de recursos à educação, ampliação da terceirização e privatização. Outra conclusão importante é que somente a luta unitária, nas ruas, com os métodos próprios dos explorados é possível barrar a ofensiva dos governantes aos empregos e aos direitos.

Nesta edição:

- Argentina: 1º de Maio operário e socialista – A classe operária retoma a iniciativa
- Venezuela: O proletariado tem de erguer o programa revolucionário.
- Turquia: Enfrentar a ditadura civil de Erdogan com o programa proletário internacionalista.
- Avançam as tendências bélicas do imperialismo.
- 8 anos da morte de Guillermo Lora
- Assimilando o leninismo - Lênin estrategista

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

1º de Maio operário e socialista A classe operária retoma a iniciativa

Os trabalhadores estão diante do governo dos empresários, do capital financeiro. Diante daqueles que saquearam o país e que agora aproveitam a oportunidade para continuar com seus negócios. Já os conhecemos. Aplicam o mesmo programa da ditadura, e de Menem, sob a direção do FMI.

Perdemos entre 8% e 15% do poder aquisitivo de nossos ganhos o ano passado. Dinheiro que foi parar diretamente no bolso dos banqueiros, dos grandes empresários do agronegócio e empresas de energia, que por meio da desvalorização, redução de impostos, tarifas e jogatina financeira, encheram seus bolsos. Tudo o que perdemos eles levaram - um punhado de grandes capitalistas.

Este ano, querem fazer o mesmo. Querem que os salários e as aposentadorias sejam reajustados abaixo da inflação, ou seja, mais uma redução de nossos ganhos. Em pouco mais de um ano, demitiram de 300 a 500 mil trabalhadores, dezenas de milhares tiveram os contratos suspensos. 1.500.000 pobres a mais. Mais de 6.000 empresas fechadas. A recessão se agravou. Cresce a dívida externa e interna, que consumirá uma boa porção do orçamento. E a fuga de divisas não se detém.

Esta gente não podia fazer tudo isso sozinha. Contaram com a cumplicidade da oposição no Congresso, com a maioria dos governadores (entre eles os do FPV), e com a burocracia sindical, especialmente a da CGT, que fez o impossível para garantir a governabilidade de Macri, para evitar que se unificassem as lutas, que se concretizasse a paralisação nacional. Eles receberam sua compensação por este serviço.

Mesmo com todo esse apoio, o único feito que conseguiram foi aumentar o caos da economia. A inflação foi um recorde o ano passado e este ano será o dobro do que prometeram. Os investimentos nunca chegaram, somente dólares para especular e serem levados. Assim, estão armando uma bomba que vai explodir em nossas mãos. Continuam com os tarifas e anunciam mais para depois das eleições. Este caos deu lugar a uma crise em suas próprias fileiras. Tiram funcionários e outros se vão antes que afunde o barco. Em meio a esta crise surge a intervenção das massas, com seus próprios métodos, respondendo como podiam desde o primeiro momento, rechaçando as demissões, parando os tarifas, rompendo os bloqueios das paritárias.

O movimento deu um salto. Centenas de milhares ganha-

ram as ruas nas últimas semanas. Respalhando ocasionalmente a grande luta dos docentes em todo o país, a convocatória da CGT, das CTAs e do movimento de Mulheres. Obrigaram a CGT a convocar a paralisação nacional de 6 de abril que teve uma grande contundência. Mais de 90% dos trabalhadores pararam, apesar das ameaças do governo, do discurso permanente dos meios de comunicação e das ameaças dos patrões. Até um setor arruinado das pequenas empresas respaldou a paralisação, ainda que muitos deles tivessem ilusões na “mudança”.

A classe operária e o conjunto dos trabalhadores abrem caminho com seus métodos, resistindo aos ataques, lutando por suas reivindicações. Este é o fator mais importante da situação política. As massas não aguentam mais esta situação. Não aguentam ser empurradas para o empobrecimento massivo, para a miséria, e saem para dar o combate. Isto já se viveu não há muito. E a repressão não as deterá.

Derrotaremos Macri e sua política nas ruas, aplicando os métodos da luta de classes. Devemos enfrentar as ilusões de que é possível derrotar a política do governo armando uma grande frente eleitoral contra Macri. Ainda que haja setores do kirchnerismo que apareçam nas ruas ou enfrentando o governo, acabam alinhados com o restante do peronismo, que foi fundamental para respaldar Macri e que agora pretende garantir a governabilidade até 2019.

É preciso impedir que os politikeiros se apropriem do descontentamento popular, de sua rebelião. Porque são os trabalhadores que têm enfrentado consequentemente a política de ataque sistemático às nossas condições de vida. Os parlamentares foram incapazes de rechaçar os decretos e os vetos de Macri, e muitos deles colaboraram abertamente com o governo. São totalmente impotentes. A Justiça, historicamente o poder mais conservador do Estado burguês, está controlada pelas frações mais reacionárias. Não se deve esperar nada deles, nem das instituições deste Estado.

A classe operária necessita de uma direção própria, que expresse sua política, sua estratégia, necessita de um partido revolucionário - que estamos construindo - e é nessa tarefa que se concentra a independência de classe, a independência dos partidos patronais, de seus governos, de suas instituições. Para nunca mais ir por detrás deles.

Os trabalhadores têm de encontrar as formas de organização unitária, de lutar todos juntos, de romper o isolamento que nos impõem os burocratas vendidos dos sindicatos. Temos de impedir todas as manobras que nos dividam, que nos fragmentam. Temos de responder como um só punho para derrotar o governo.

A situação em nosso país é parte da profunda crise internacional do capitalismo. Uma crise que estourou em 2007/8 e continua a se estender e aprofundar. As grandes potências e as burguesias de nossos países procuram descarregar todo o peso da crise sobre nossas costas. Provocam desemprego massivo, redução de salários e aposentadorias, atacando conquistas históricas dos trabalhadores, potenciando as guerras e as migrações massivas.

A incapacidade para resolver sua crise, apesar dos bilhões de dólares que puseram nos bancos e nas empresas para resgatá-los, os leva a potencializar as guerras. Não há guerra em que não estejam metidas as principais potências.

Há alguns dias, os EUA bombardearam por sua conta a Síria, em represália a um suposto ataque com gases lançados pelo governo sírio contra os opositores. Alguns dias depois, mobilizaram seu principal porta-aviões à Coreia do Norte para ameaçá-la por seu desenvolvimento nuclear e os testes de mísseis. Em seguida, anunciaram que lançaram a “mãe das bombas”, a maior jamais feita – não nuclear – no Afeganistão. Com qualquer pretexto para intervir, para utilizar seus arsenais, para ameaçar e tratar de impor suas condições ao restante do mundo, inclusive a outras potências.

Os EUA anunciam abertamente seu protecionismo, em choque com outras potências e sua prepotência para apoderar-se dos recursos naturais das semicolônias. Este perigoso caminho de guerra altera todas as relações, e pode ter consequências terríveis para a humanidade. Sabemos como crises econômicas desta magnitude desembocaram nas Guerras Mundiais.

O mundo está em perigo. A bancarrota capitalista arrasta a sociedade à barbárie. Nos últimos anos, dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo se incorporaram ao exército de reserva de desempregados. A economia estancou. Países se quebraram.

Venezuela / O proletariado tem de responder à crise do regime com o programa revolucionário

A situação de impasse surgido após a aplicação da Carta Democrática Interamericana pela Organização dos Estados Americanos (OEA) inflamou os choques no seio da política burguesa. O pano de fundo desse processo está a acelerada desagregação do chavismo, a radicalização de setores da classe média que abraçaram as bandeiras da direita contrarrevolucionária, o afastamento das massas operárias e populares do governo Maduro e o crescimento das pressões das Forças Armadas sobre o executivo.

É nessas condições que, na quarta e quinta feiras (19 e 20 de abril), a oposição promoveu mobilizações de rua de dezenas de milhares, exigindo a convocação das eleições, a libertação dos presos políticos (dentre eles, Leopoldo López, encarcerado desde 2014), o restabelecimento dos poderes da Assembleia Nacional e a superação do desabastecimento de alimentos e medicamentos.

Os choques entre opositores e as forças repressivas e os chavistas resultaram em três mortes, que tombaram alvejados por balas. Dois militantes da oposição e um membro da Guarda Nacional Bolivariana. Centenas de manifestantes da oposição foram presos. A oposição culpou os “coletivos” chavistas (grupos armados pelo governo), enquanto que Diosdado Cabello atribuiu

Reforçam-se as tendências protecionistas nas potências, como as tendências mais parasitárias. E as tendências à guerra.

Surge dramaticamente a necessidade de resolver a crise de direção internacional da classe operária. A socialdemocracia passou completamente para o terreno do imperialismo, aplicando as receitas do neoliberalismo, acompanhando os EUA em suas aventuras bélicas. O que resta do estalinismo colabora com os governos burgueses em todo o mundo contra qualquer rebelião que encarnem as massas, especialmente contra a vanguarda da classe operária.

Os movimentos nacionalistas e reformistas nas semicolônias fracassaram em todos os seus objetivos, mesmo os mais radicalizados. As burguesias são incapazes de levar adiante uma ruptura consequente com o imperialismo. Sua ligação com o regime da propriedade privada dos grandes meios de produção é um limite intransponível que determina a inviabilidade de suas políticas para as massas, que se frustram sistematicamente com estas direções.

Só a classe operária encarna a política de ruptura total com o imperialismo, com suas bases materiais, diplomáticas e militares. A classe operária deve reconstruir sua direção internacional, a IV Internacional, para comparecer como uma clara referência diante das massas do mundo todo, que se rebelam contra a catástrofe que vivemos. A classe operária boliviana aparece novamente na história como referência para as massas, com seu partido revolucionário lutando por colocar-se na direção da rebelião popular contra o governo de Evo, que já não consegue dissimular, com seu poncho, sua submissão diante do grande capital.

Neste ano, a grande Revolução Russa completa 100 anos. A melhor homenagem é levantar bem alto suas bandeiras, reconstruir a Internacional, construir partidos revolucionários sobre a base da experiência dos bolcheviques. Colocar a necessidade de que as massas se autogovernem, que ponham em pé suas próprias organizações. Propagandar a estratégia da revolução e ditadura do proletariado (governo operário-camponês), o socialismo, o comunismo, o internacionalismo proletário.

Estes são os problemas, estas são as tarefas, que colocamos para a classe operária em nosso Dia Internacional de luta.

ao líder opositor (Partido Primeiro Justiça), Henrique Capriles, a responsabilidade pela morte do militar.

Quando ainda se mantinham os confrontos, na quarta-feira, 19 de abril, Nicolás Maduro se apresentou na imprensa informando que tinham sido desmantelados “vários grupos” golpistas, que contariam inclusive com alguns ex-militares, por “tentativa de golpe de Estado”. E denunciou os Estados Unidos como responsáveis por sua organização e financiamento. Disse que iria ativar o “Plano Zamora”. Trata-se de um “plano de segurança” ideado pelo Comando Estratégico Operacional das Forças Armadas, que consiste na mobilização da estrutura militar, policial e civil visando a garantir a “ordem interna e a integração social”. Afirmou ainda que será acionada “a jurisdição militar” para processar “todos os rebeldes civis e militares, aposentados neste caso, e ativos, já capturados ou em fuga para a Colômbia”. E, finalmente, chamou as massas a defenderem o governo diante “golpe” orquestrado pelo imperialismo.

Destacou, porém, o pedido às Forças Armadas para que declarassem respaldo “incondicional” ao governo. Mas, fundamentalmente, informou que iria armar “um milhão de civis”. E, sob a palavra de ordem “Um fuzil para cada miliciano, um fuzil para cada

miliciana", chamou a população a enfrentar as "traições à pátria". Evidentemente, o mais importante, que foi a intenção de armar as massas, não se concretizará. Não está nos planos do governo armar a população para enfrentar e derrotar o movimento contrarrevolucionário baseado nas forças da reação interna e externa. Armar a população é perigoso para o regime burguês de conjunto, implica incentivar as tendências revolucionárias entre os explorados. O imperialismo e a burguesia servil latino-americana, como não poderia deixar de ser, reagiram veementemente contra a ampliação das milícias.

Embora grande parcela das massas responda ainda aos chamamentos do chavismo, isso não significa que se coloquem incondicionalmente por sua defesa. E se bem é certo que ainda os explorados apoiam eleitoralmente o governo, o fazem porque a oposição direitista continua a ser a imagem da miséria, da carestia, dos ataques e dos massacres que sofreram as massas por décadas. É em meio a essa contradição que as Forças Armadas, ou, mais precisamente, sua hierarquia comparece como a coluna vertebral para manter Maduro. Eis por que foi noticiado pelo governo, na segunda-feira, 17 de abril, que a cúpula militar tinha declarado sua "lealdade incondicional". Assim se expressou o ministro da Defesa, Vladimir Padrino López: *"A Força Armada Nacional Bolivariana [FANB, NE] preserva sua unidade monolítica, granítica, e ratifica sua lealdade incondicional ao presidente"*.

Basta observar um pouco mais fundo, no entanto, para concluir que as declarações de "incondicionalidade" expõem uma crescente desconfiança da hierarquia militar na capacidade do governo de garantir seus interesses mais gerais e de conter a desagregação acelerada do regime político burguês. A cúpula militar tem aprofundado seu controle sobre as alavancas do funcionamento do Estado, especialmente econômicas. Mas a continuidade do apoio ao chavismo depende do comportamento das massas diante do governo e da oposição.

É o que constatamos quando os generais pressionaram o governo a respeitar a decisão da OEA e voltar atrás com a medida do poder judiciário que destituiu a Assembleia Nacional de seus poderes e autorizou Maduro a legislar em seu lugar. O recuo fortaleceu a oposição, que redobrou seu empenho em manter o movimento nas ruas.

Na quinta-feira (20 de abril), Maduro informou que convocaria as eleições para governadores e prefeitos. A convocatória surpreendeu a oposição. Sabe que esse ainda controla o tribunal eleitoral. De forma que a convocatória poderia ser realizada somente quando o governo tivesse condições de limitar a formação de chapas unificadas da oposição, garantindo dessa forma condições de permanecer como força eleitoral majoritária. Eis por que o tribunal eleitoral declarou "inelegível" Capriles e procura atingir outras figuras e lideranças da oposição. A oposição respondeu que, para "acreditar em Maduro", era preciso que se liberassem os presos políticos e se anulasse a inabilitação eleitoral de lideranças da oposição. Sob a máscara do jogo institucional e eleitoral,

desenvolve-se o real choque das frações burguesas ligadas ao imperialismo para derrubar o governo.

O aspecto essencial dessa constatação se acha na crise econômica, que derrubou os alicerces que serviram ao chavismo para ganhar as eleições no passado. A queda dos preços do petróleo esgotou os recursos que consolidaram uma ampla base social e eleitoral ao governo. A oposição conspira de todas as formas. Promove a sabotagem econômica, com o auxílio dos Estados Unidos. Usam o desabastecimento e a inflação para impulsionar o movimento reacionário. Nota-se que o embate no seio da democracia formal não apenas tem servido para fortalecer a oposição, como avolumou as condições para que um setor das Forças Armadas comece a conspirar contra Maduro.

O fundamental do até aqui colocado está em que o chavismo se afoga em suas próprias contradições. E oposição cresce eleitoralmente alavancada pela defesa da "democracia" contra a "dita-

dura" e pela impotência chavista de resolver os grandes problemas nacionais e populares.

A saída ao impasse colocado será uma derrota eleitoral do chavismo ou a via do golpe militar. Qual dessas vias se impo-

rará depende de como se desenvolvam e se coloquem os fatores da crise. E fundamentalmente dos processos mais profundos da luta de classes. Não cabe nenhuma dúvida que o chavismo prestou grande serventia à burguesia ao estatizar o movimento operário, entretendo desse modo que esse avançasse pelo caminho de sua independência política.

Está aí por que a superação da crise de direção revolucionária, na Venezuela, é uma obra histórica e surgirá como síntese da elaboração do Programa da Revolução Proletária aplicada às particularidades do país. A tarefa colocada é, portanto, a de romper com o bloqueio do nacionalismo-burguês e assumir o programa de resolução das tarefas democráticas pela via da revolução e ditadura proletárias. A defesa da autodeterminação da Venezuela e o combate à reação pró-imperialista estão na linha de frente.

Evidentemente, essa tarefa não apenas cabe à vanguarda venezuelana. Cabe, mais amplamente, ao movimento marxista-leninista-trotskista latino-americano. Como parte dessa tarefa, é importante assimilar as experiências e lições do proletariado boliviano, que pavimentou o caminho do programa revolucionário, sob a direção do Partido Operário Revolucionário, e que se estende em suas linhas gerais à revolução latino-americana. As experiências com o nacionalismo burguês são ricas e traumáticas. O marxismo-leninismo-trotskismo há muito assentou a crítica a essa expressão histórica das burguesias na América Latina.

O Comitê de Enlace chama à vanguarda venezuelana a constituir o partido marxista-leninista-trotskista no seu país e assumir o programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina, avançando a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Realizado o referendo de 16 abril na Turquia: Enfrentar a ditadura civil de Erdogan com o programa proletário internacionalista

No domingo, 16 de abril, foi realizado o “plebiscito popular”, visando a aprovar (“Sim”) ou rejeitar (“Não”) a reforma constitucional, apresentada pelo governo de Recep Tayyip Erdogan.

O objetivo é o de mudar o regime político de governo, passando do parlamentarismo ao regime presidencialista. A reforma suprimirá o cargo de primeiro-ministro e o presidente concentrará suas atribuições. Facultará também ao presidente declarar o Estado de sítio sem a aprovação do parlamento, emitir decretos em caráter de lei, nomear grande parte dos juizes, aumentar a quantidade de deputados de 550 a 600, dissolver o Parlamento e rejeitar suas leis. Também visa a estender a reeleição presidencial a dois mandatos, podendo estendê-lo a um terceiro, caso se convoquem eleições antecipadas no segundo mandato. Finalmente, destaca-se por limitar prerrogativas constitucionais das Forças Armadas.

Embora a maioria das reformas entre em vigência em 2019, três delas serão imediatamente aplicadas. São essas: a abolição do artigo constitucional que obrigava o presidente a assumir uma posição “apartidária”; a reforma do Alto Conselho do Poder Judiciário (HSYK), reduzindo o número de membros de 23 para 13 (no que diz respeito às nomeações, o presidente designará quatro e o Parlamento sete, mas também serão membros do tribunal o ministro de Justiça e seu vice-ministro, de forma que o governo designará seis); e a retirada dos dois representantes das Forças Armadas no Tribunal Constitucional (reduzindo-o de 17 para 15 membros).

Trata-se da maior e mais radical mudança no regime político na história da República turca. Para o primeiro-ministro, Binali Yildirim, é uma medida adequada à situação convulsiva que atravessa o país e aos “desafios” na arena internacional. Eis: *“Com esta mudança, nossa economia crescerá, lutaremos com mais vigor contra o terrorismo e faremos da Turquia um país líder, com alicerces mais fortes para a democracia e o Estado de Direito”*.

O verdadeiro sentido dessa afirmação veio à tona um dia depois, quando Erdogan assinou o decreto que prolongava o “Estado de Emergência” instaurado após o fracassado golpe de 15 de julho de 2016, de forma indefinida. Como se vê, o fracassado golpe não fez mais que acelerar um processo que já se desenvolvia em meio a fortes contradições e resistências internas. Dentre elas, destacava o descontentamento de um setor das Forças Armadas.

A perda de parte de suas prerrogativas, porém, não significa que enfraqueça sua função de defesa do regime burguês e da propriedade privada. Comparece como uma limpeza nos quadros hierárquicos ligados às forças oposicionistas e de elementos nacionalistas radicalizados que podem no futuro se erguer como um obstáculo aos planos de Erdogan.

O essencial da reforma está em que reduz quase a zero as funções do Parlamento desde onde se espelham e organizam as forças burguesas oposicionistas. Era inevitável, portanto, que se polarizassem as posições entre as duas frações. E que se obrigassem os seus aparelhos políticos e eleitorais a lutar por arrastarem as massas por trás de seus interesses.

Estavam habilitados a votar 55,3 milhões. Com a participação de 86,1% (47,6 milhões), o “Sim” ganhou com 51,2% dos votos, enquanto o “Não” obteve 48,8% (uma diferença de 1,25 milhão). A alta participação indicou que as massas foram arrastadas por trás da disputa interburguesa. Mas o referendo não passou de um arremedo de decisão popular. Esteve controlado de cima a baixo pelo governo, servin-

do apenas de cobertura democrática formal à decisão já tomada. As emendas tinham sido já aprovadas pelo Parlamento e assinadas por Erdogan antes mesmo do plebiscito. Para por em pé uma “encenação democrática”, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), governista, contou com o apoio do Partido Movimento Nacionalista (MHP). As massas compareceram a votar sem poder real de decidir nada.

Conhecidos os resultados, a oposição burguesa, com o Partido Republicano do Povo e o Partido da Democracia dos Povos (HDP, principal partido curdo), anunciou que contestará o plebiscito e pedirá a recontagem de 60% das urnas sob a suspeita de fraude. Segundo afirmaram, antes do início da contagem dos votos, o Alto Conselho Eleitoral (YSK) teria anunciado que seriam válidos os votos sem o correspondente selo eleitoral.

No mesmo sentido, se posicionou a Organização pela Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), afirmando que o referendo ocorreu em um “marco legal inadequado”. Segundo Tana de Zulueta, responsável pela “missão de observadores” da OSCE, *“as liberdades fundamentais para um processo democrático genuíno foram restringidas pelo estado de emergência e, portanto, as duas partes não tiveram as mesmas oportunidades”*.

De fato, o governo aplicou diversas medidas que pretenderam evitar a concorrência às urnas nas cidades e regiões que favoreceriam o “Não”. No Curdistão turco, por exemplo, foram mudados os locais de votação sem aviso prévio. Nas principais cidades do país, por outro lado, oficinas do HDP foram saqueadas e dezenas de seus militantes encarcerados e impedidos de fazer campanha. Os sindicatos que apoiavam o “Não” foram impedidos de se manifestarem e rapidamente militarizados. A repressão chegou ao ponto de cassar prefeitos opositores e designar interventores do AKP para, assim, evitar que a oposição utilizasse as prefeituras para organizar a campanha pelo “Não”.

A burguesia europeia, especialmente a alemã e holandesa, denunciou o plebiscito como “antidemocrático”. O governo Trump, ao contrário, anunciou seu apoio a Erdogan e o felicitou pelos resultados do plebiscito. Chegou até mesmo a contrariar seu próprio porta-voz, Mark Toner, que tinha expressado sua preocupação com as irregularidades apontadas pela OSCE.

Estava claro que o referendo seria um jogo de cartas marcadas e de resultado previsível. Não era possível um referendo de fato democrático. Sua convocação se deu sob Estado de sítio. O notável é que as potências europeias nada fizeram, considerando que exercem poderes imperiais. Tudo indica que as burguesias alemã e holandesa contavam com a possibilidade de o “Não” ganhar. Nesse caso, o caráter “antidemocrático” do processo não teria importância, uma vez que as frações burguesas turcas oposicionistas se imporiam e passariam a condicionar o governo de Erdogan. Ocorre que os Estados Unidos estavam pelo recrudescimento da ditadura de Erdogan. Reaproximariam-se da Turquia, depois da desavença nascida do golpe, devido à negativa da Casa Branca de extraditar o principal chefe da oposição. Trump avaliou que o apoio a Erdogan poderia favorecer os interesses norte-americanos na Turquia.

O certo é que nenhuma fração da burguesia imperialista se preocupa com que se cumpra ou não com as normas da democracia burguesa. As divergências de fato expressam disputas interimperialistas. Eis por que está nos cálculos de Trump fortalecer Erdogan e esvaziar as denúncias da OSCE, da Alemanha e Holanda. Esse é o sentido que se expressou no comunicado da Casa Branca, publicado logo após o referendo. No qual se afirma que Trump e Erdogan discutiram sobre a “necessidade de cooperar” na luta contra o terrorismo e concorda-

ram em “responsabilizar” Bashar Al-Assad pelos massacres na Síria. Contando com o aval de Trump, Erdogan contra-atacou as críticas da OSCE por serem “politicamente motivadas”. A ditadura civil fortaleceu estrategicamente os Estados Unidos na região. É o que espera Trump.

Evidentemente, tal mudança radical do regime político burguês não surge automaticamente. Mas, antes, expressa tendências econômicas e políticas que surgem e se desenvolvem no seio da desagregação do capitalismo mundial e dizem respeito a seus reflexos particulares nas estruturas nacionais historicamente condicionadas. Trata-se ainda de uma tendência que é possível observar no mundo todo. É que acontece com diversos governos no Leste Europeu (Polônia, Montenegro, Ucrânia, etc.) e, em particular na Hungria, que ergueram governos ditatoriais, ou que se expressa no avanço das tendências nacionalistas fascistas e que também ganham força social nas principais potências imperialistas (Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha). Guardadas as devidas diferenças, podemos considerar como parte dessa tendência os golpes institucionais usados para derrubar governos que já não têm serventia aos interesses monopolistas (Honduras, Paraguai, Brasil, Líbia, Iraque, Egito, etc.).

O essencial dessa constatação está em que o recrudescimento da ditadura civil na Turquia corresponde a um processo de dimensões mundiais. Fenômeno que indica, cada vez mais, que a crise econômica e a desintegração do capitalismo anulam os canais normais da democracia formal como meio de processar as disputas interburguesas e de controlar as massas. A centralização autoritária (militar ou civil) ressurge como melhor método de governo para a burguesia descarregar todo o custo da crise sobre as costas dos explorados.

Finalmente, é bom aqui lembrar o que já assinalávamos quando realizado o fracassado golpe de Estado na Turquia (Massas 524). Naquele momento, afirmamos que, depois do contragolpe desfechado por Erdogan contra a oposição, estava “traçada a via de maior cerceamento das liberdades democráticas e da implantação de uma ditadura burocrático-mili-

tar”. Isto, porque “O golpe fracassado e o contragolpe (...) indicam que uma nova fase da crise capitalista se abriu na Turquia”. E que, embora não poderiam ser descartadas manobras e contramanobras, visando a equacionar a disputa burguesa, essas, no entanto, “não alterarão o fortalecimento das tendências de constituição de uma ditadura burocrático-militar”. As que, por sua vez, se expressariam “no agravamento da guerra civil contra os curdos e da repressão interna aos opositores, objetivando evitar uma irrupção das massas em defesa de suas condições de vida”.

Esse prognóstico foi amplamente confirmado pelo referendo de 16 de abril. Era até certo ponto inevitável a passagem do regime parlamentarista a um presidencialista de traços ditatoriais. Na sua base, dizíamos, se achava o agravamento da crise econômica e seus reflexos no seio da burguesia semicolonial, assim como as tendências desagregadoras do capitalismo.

No entanto, esse mesmo processo histórico cria a base objetiva para a irrupção do descontentamento popular contra o governo e suas medidas de destruição de suas condições de vida. As massas terão de combater a ditadura civil avançando pelo caminho de sua independência de classe. Somente assim será possível traduzir o instinto de revolta dos explorados em consciência política e forjar uma vanguarda revolucionária no seio do proletariado e dos demais oprimidos.

É partindo das reivindicações que de fato defendam seus direitos e suas condições de vida, erguendo as bandeiras democráticas e lutando pelo direito à autodeterminação dos curdos que os explorados turcos se projetarão em combate à ditadura de Erdogan e romperão com a submissão à disputa interburguesa. É fundamental, portanto, rechaçar a subserviência da Turquia ao intervencionismo das potências, defender incondicionalmente sua independência e combater pela autodeterminação do povo sírio. É assimilando as experiências históricas e tirando as lições revolucionárias consequentes que se superará a crise de direção revolucionária mundial e a vanguarda turca assumirá em suas mãos a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Avançam as tendências bélicas do imperialismo

Quatro fatos marcaram a primeira quinzena de abril: o bombardeio dos Estados Unidos à Síria, o deslocamento de uma frota de guerra norte-americana para o sul da Península da Coreia, o lançamento da superbomba no Afeganistão e a mobilização da OTAN na Polônia, acompanhada de uma brigada blindada americana e da inclusão de Montenegro na OTAN.

Estados Unidos e Rússia se acusam mutuamente quanto à identificação do responsável pelo uso de armas químicas na Síria. Na reunião do G-7, as potências apoiaram a posição norte-americana, responsabilizando o governo de Bashar Al-Assad pela mortandade. O secretário de Estado americano, Rex Tillerson, pretendia ir mais longe, com sanções mais rigorosas contra a Rússia. Em sua visita diplomática à Rússia, Tillerson levou na bagagem a acusação de que Vladimir Putin tinha conhecimento do uso de armas químicas. E Putin recebia o secretário de Estado com a denúncia de que os Estados Unidos falsearam sobre o trágico acontecimento acusando Al-Assad, quando na realidade quem detinha armas químicas era a oposição. A reunião em Moscou serviu apenas para se restabelecer o acordo sobre o uso do espaço aéreo na Síria de maneira a evitar um confronto entre as duas forças aéreas. Trump insistiu, porém, na denúncia de que a Rússia estava sendo conivente com o responsável pelo ataque químico.

No dia 6 de abril, quando se reunia com o governo da China, Xi Jinping, Trump autorizou o bombardeio da Síria, desconhecendo o Conselho de Segurança da ONU. O fato pelo visto foi calculado. Serviu para alertar a China de que a maior potência tomava

uma posição ofensiva e não estava disposta às limitações diplomáticas. Não se tratava apenas de uma mudança tática em relação à guerra civil internacionalizada na Síria. O bombardeio com mísseis à base aérea Síria servia apenas de um sinal, de abertura de um processo mais amplo de militarização mundial. Em seguida, Trump ordenou sua marinha de guerra a cercar a Coreia do Norte e ameaçá-la de bombardeio em suas instalações militares e assim destruir seu programa nuclear. Ao mesmo tempo, pressionou a OTAN a fortalecer suas posições na Polônia e colocar Montenegro sob sua guarda, contrariando a resistência da Rússia.

A China, por sua vez, procurou se resguardar, evitando se opor abertamente à ofensiva militar dos Estados Unidos. Na reunião do Conselho de Segurança da ONU, absteve-se diante da moção apresentada pela representante dos Estados Unidos, que condenava o governo Sírio. Decidiu suspender a importação de carvão da Coreia do Norte, acatando a sanção econômica imposta pela ONU. Diante do deslocamento da esquadra de guerra norte-americana para a região, o governo chinês pediu cautela e mais diplomacia, avaliando a possibilidade de um bombardeio às dependências norte-coreanas. O regime de Pyongyang tinha previsto um novo teste com mísseis no dia da comemoração da fundação da República Popular da Coreia do Norte. Fato esse que levou a China a se reunir com o governo da Coreia do Sul e conjuntamente ameaçar o vizinho com o corte de venda de petróleo. Parece que o teste fracassou. Essa movimentação serviu, pelo menos, momentaneamente, para Trump suspender as ameaças econômicas à China. Obrigá-la, por

outro lado, a não se alinhar com a Rússia, Irã e Síria contra a ofensiva militarista norte-americana. Trump deu um passo à frente para acuar a Rússia, que insiste em manter a Síria sob sua influência. E para inibir a ascendência da China sobre a Coreia do Norte.

As potências imperialistas – França, Alemanha e Inglaterra –, cujos governos haviam feito restrições à eleição de Donald Trump, colocaram-se sob suas asas, compactuando com a tese de que o governo sírio havia utilizado as armas químicas e alegrando-se com a decisão de somente pôr fim à guerra com a derrubada de Al-Assad.

Nenhuma dessas potências e aliados dos Estados Unidos ousou questionar o unilateralismo de Trump e a orientação norte-americana de desconhecer a ONU. Sob o governo de Barak Obama, todos se alinharam à política do multilateralismo, insuflando a ilusão de que a ONU era de fato um espaço de decisão do conjunto dos países. George W. Bush já havia desfeito essa ficção, mandando às favas o Conselho de Segurança da ONU que estava em desacordo com a intervenção militar no Iraque.

Obama reavivou o cadáver com a tese do multilateralismo, que serviu aos Estados Unidos para conduzir a burguesia mundial nas condições da crise econômica aberta em 2008. O seu maior feito foi o de obter do Irã um acordo de contenção de seu programa nuclear. O que evitou uma guerra entre Israel e Irã, que obrigaria os Estados Unidos a se colocarem militarmente mais fundo no Oriente Médio. Na Síria, impôs a Assad a destruição de seu arsenal de armas químicas. Permitiu que a intervenção na Líbia ficasse a cargo de seus aliados, contando com o apoio da ONU. Procurou uma aproximação de Israel com os Palestinos, não apoiando a expansão das colônias na Cisjordânia. Retirou parte das tropas de ocupação no Iraque e no Afeganistão. Acrescenta-se ainda a política de formação de um grande bloco econômico (Parceria Transpácífica), de apoio a um programa mundial de proteção ambiental e energia limpa, de suspensão do cerco econômico a Cuba e desarmamento das FARC. Internamente, a administração dos democratas se viu diante da necessidade de responder à alta taxa de desemprego, ao subemprego e ao avanço da pobreza. O programa de saúde (Obamacare) foi a principal medida no sentido de amenizar a crise social. Os interesses do capital financeiro e dos monopólios foram preservados, mas as medidas particulares de Obama não deixaram de despertar oposição de poderosos setores de energia e da indústria militar, principalmente. A diretriz de Obama emergiu nas condições do maremoto econômico-financeiro, que se formou e tomou corpo nos anos de 2007-2008. Observa-se que os Estados Unidos precisavam da tese do multilateralismo.

Trump chega ao poder no momento em que a economia norte-americana começa a respirar. No entanto, ainda que os poderosos abalos sofridos pelo sistema financeiro tenham ficado circunstancialmente para trás, a economia como um todo continua a refletir a superprodução mundial e as pressões da tendência à queda média da taxa de lucro. A destruição de parte das forças produtivas mundiais não foi suficiente para se estabelecer um novo período ascendente. Baseado em uma tímida retomada econômica, que despontou já no governo de Obama, Trump procura responder aos interesses primordiais da indústria de energia e militar, valendo-se da bandeira de retomada industrial dos Estados Unidos.

A iniciativa de bombardear a Síria e confrontar a Rússia pareceu inesperada. O candidato republicano havia sido acusado pelos democratas de receber apoio de Putin nas eleições e se mostrar condescendente com a Rússia. Na realidade, a bandeira do internismo serviu para ocultar que Trump expressa precisamente as tendências bélicas do imperialismo. Mal completou seus 100 dias de governo, a máscara caiu, expondo a necessidade dos Estados Unidos realizarem sua política interna por meio da política externa intervencionista. Estavam esgotadas a orientação e a

tática de aproximações de países em posições antagônicas sob a hegemonia dos Estados Unidos, traçadas por Obama.

A dominação norte-americana exige o uso do poderio militar nas condições de agravamento do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como com as fronteiras nacionais. Não se sabe ainda até onde os Estados Unidos irão em sua ofensiva intervencionista, que se abriu com o bombardeio na Síria. Sabe-se, porém, que as bandeiras de liquidação do Estado Islâmico e a de acabar com o programa nuclear da Coreia do Norte implicam uma grande investida militar.

O imperialismo está diante do esgotamento da repartição do mundo, realizada na 1ª e 2ª guerras mundiais. Fato esse que não é recente. Desde os anos 60, mais definitivamente, desde os anos 70, o capitalismo vem sendo sobressaltado por crises regionais. A que se abriu em 2008 se distingue por expressar o acúmulo das crises anteriores e por se generalizar mundialmente a partir das potências. O processo de restauração capitalista nos países que iniciaram a transição do capitalismo para o socialismo e, especialmente, a desintegração da União Soviética nos anos 90, serviu de respiro à crise de superprodução e de meio para os monopólios enfrentarem a queda tendencial da taxa de lucro. É nestas condições que o curso de restauração na China auxiliou enormemente às diretrizes do imperialismo para a economia mundial. Os atritos dos Estados Unidos com a Rússia e China, agora, confirmam o esgotamento desse processo e a necessidade do capital financeiro e dos monopólios submetê-las, como se submetem as semicolônias. Não é aceitável que se pretendam como potências regionais, que fechem passagem à livre penetração do capital monopolista.

A disputa pela Síria tem esse sentido. A divisão da Ucrânia teve e tem esse mesmo sentido. A disputa da China com o Japão pelas ilhas estratégicas e o conflito com a Coreia do Norte refletem o mesmo problema. Não mais basta que a burocracia do Partido Comunista Chinês permita a penetração das multinacionais no país e a brutal exploração das massas chinesas. É preciso que o Estado chinês não obstaculize a expansão imperialista por cima de suas fronteiras nacionais. A Rússia deve se encolher e renunciar à pretensão de recuperar o terreno perdido pela desintegração da URSS. As potências europeias se debilitaram com a crise econômica e com os impasses de sua unificação. A Alemanha, que se beneficiou da unidade europeia e se fortaleceu, tem de retomar o seu armamento ou contribuir portentosamente com a OTAN. O Japão, há algum tempo, vem se rearmando e assim mudando as leis do desarmamento, impostas pelos vencedores da 2ª guerra mundial. Seu destino é como o da Alemanha, ou assume uma escalada armamentista, ou contribui para o fortalecimento do aparato dos Estados Unidos. Essas duas vertentes na situação não se excluem.

Tudo indica que os conflitos no Oriente Médio e na Ásia se agravarão. Os Estados Unidos acobertam a sua voracidade econômica com as campanhas contra o terrorismo, agora centrada no Estado Islâmico, anteriormente na Al Qaeda e no Taleban, e contra governos sanguinários que pisoteiam os direitos humanos, como foi o caso de Saddam Hussein, no Iraque, Muamar Kadafi, na Líbia, etc. Utilizam-se de seu posto de guardião das armas nucleares e químicas. Com todas essas máscaras, escondem a rapinagem imperialista e o domínio não só econômico, mas também militar dos povos oprimidos. As demais potências se valem dessas máscaras e agem de acordo com os interesses gerais do capital financeiro.

A classe média tem se sensibilizado pelas campanhas humanitárias, antiterrorista e antiarmamentista, orquestrada desde os Estados Unidos. Os porta-vozes do imperialismo condenam as matanças por armas químicas, mas enobrecem as carnificinas pelos poderosos mísseis, que não apenas atingem os inimigos, mas também a população. O imperialismo se caracteriza não só pelo monopólio econômico, mas também pelo monopólio militar. Em

outras palavras, um decorre do outro.

É necessário que as organizações operárias rasguem as máscaras e os disfarces do imperialismo. Exponham os perigos que corre a humanidade diante das armas de destruição em massa, produzidas pela indústria das potências. Coloquem à luz do dia o avanço das tendências bélicas mundiais. Lutem pela autodeterminação das nações oprimidas, que implica o direito de se armar como bem lhe convier contra o imperialismo. Mas, sobretudo, os explorados devem encarnar o programa da revolução proletária, socialista. A defesa da paz e do desarmamento mundiais depende da luta revolucionária para destruir o poder da burguesia. Enquanto essa classe, ultraminoritária, continuar com seu domínio sobre os meios de produção, a guerra imperialista estará presente. Deve ser expropriada e reiniciado o processo de transição do capitalismo para o socialismo, como fez a Revolução Russa e as demais revoluções socialistas.

A desorganização do proletariado mundial e, portanto, a au-

sência de uma direção revolucionária, também em escala mundial, é o grande problema que temos de enfrentar. A crise não apenas movimenta a burguesia para seus objetivos de saque, como também o proletariado mundial e demais explorados, que se veem na contingência de se defender, bem como as nações oprimidas. O programa de reivindicações é a arma por onde se começa o combate à burguesia e ao imperialismo. Por esse caminho, torna-se possível desenvolver o programa internacionalista da revolução proletária. A vanguarda consciente tem o dever de reunir suas forças para construir os partidos revolucionários em seus países, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

É nas condições de avanço das tendências bélicas do imperialismo, de recrudescimento dos choques no Oriente Médio e de guerra contra a Coreia do Norte que se tem com maior clareza a dimensão do que é a crise de direção revolucionária e a imperiosa necessidade de superá-la

8 anos da morte de Guillermo Lora

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia anunciou no Jornal Massas boliviano o ato político de homenagem a Guillermo Lora, que faleceu em 17 de maio de 2009. Desde já tomamos a iniciativa de compartilhar dessa homenagem.

O Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, nº 23, publicado em abril, inicia com um artigo de 1942, redigido por Lora, dedicado à Revolução de Outubro de 1917, com o título: *“O que nos ensinou a Revolução Russa”*. O breve escrito comparece hoje como um documento do trotskismo boliviano, no momento em que se comemoram os 100 anos da tomada do poder pelo proletariado, na Rússia. Quando Guillermo Lora o redigiu, fazia 25 anos da revolução. Estamos a distância de 75 anos da comemoração de 1942. Reafirmamos a posição do trotskismo boliviano, portanto, do internacionalismo marxista, o texto de Lora em sua totalidade. Destacamos a seguinte conclusão: *“Aprendemos a ‘nadar contra a corrente, com a profunda convicção de que o novo fluxo histórico de poderosos impulsos nos levará até o cume’. Sobretudo, estamos convencidos do valor internacional da Revolução Russa, razão pela qual deve ser cuidadosamente estudada por todo o revolucionário”*.

Publicamos, agora, um segundo artigo dedicado aos 25 anos da revolução proletária.

“A Revolução Russa/Outubro-Novembro de 1917”

1942

A revolução russa de outubro/novembro de 1917 constitui uma gigantesca confirmação da teoria marxista na história, que juntamente com as experiências de 1848 e 1871 põe de manifesto o valor científico do materialismo histórico.

Já não se pode - a não ser desorientando momentaneamente as massas oprimidas em benefício direto da burguesia, como faz o revisionismo pequeno-burguês em seu afã de deformar os pressupostos de Marx - desconhecer o vigor que demonstram as mais duras provas.

Depois da profunda convulsão social, apesar de seus detraidores, as teses fundamentais do materialismo histórico compareceram com uma maior vitalidade. Com o crescente agravamento dos antagonismos do sistema capitalista, os verdadeiros fundamentos do marxismo ganham também um extraordinário vigor, distintamente das teses que foram reconhecidas como de um valor muito circunstancial e secundário. O papel

do marxismo, hoje mais do que nunca, consiste em saber separar o fundamental do secundário das exposições realizadas pelos mestres do comunismo. Tarefa essa importante porque os revisionistas e reformistas se agarram no secundário, objetivando obscurecer o fundamental.

A revolução russa de 1917 é um dos maiores ensinamentos ao proletariado internacional, por ser a primeira que consolida o Estado proletário e por ter sido realizada em um país atrasado.

Da revolução de novembro até hoje ocorreram acontecimentos históricos transcendentais: a derrota do proletariado alemão, o fracasso da revolução chinesa, etc., que também trazem enormes ensinamentos para os partidos revolucionários do mundo inteiro.

O destino do partido revolucionário do proletariado internacional está determinado pela atitude que tome diante das experiências deixadas pelas revoluções. Somente os epígonos do Kremlin fecham os olhos diante dos duros ensinamentos da história e, assim, preparam novas derrotas do proletariado internacional. Na verdade, como diz Leon Trotsky, parece que Stálin decidiu entrar para a história com o título de “Grande organizador de derrotas proletárias”.

Hoje, quando a Rússia foi arrastada pela voracidade guerreira do imperialismo, as teses leninistas de que a Rússia não é um Estado operário isolado, mas sim um Estado operário dentro de um sistema de Estados capitalistas, se ergue com toda sua grandeza diante do revisionismo, daqueles que inventaram a teoria do “socialismo em um só país”.

É um dever elementar de todo operário consciente defender a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entendendo não a defesa da camarilha parasitária, mas sim as conquistas da revolução proletária de novembro. A defesa da portentosa herança deixada por Lenin aos proletários de todo o mundo somente pode se realizar por meio da luta de classes no terreno internacional. O proletariado que, em certa medida, ajude a URSS será o primeiro a ferir de morte o imperialismo em seu próprio país. A revolução internacional salvará a Rússia - é o que Lenin e Trotsky deixaram escrito em grandes letras. A defesa da Rússia soviética pela revolução internacional constitui a maior condenação do proletariado mundial às traições de Stálin.

(Extraído do Tomo I, 1942-1947,
Obras Completas, Guillermo Lora

Lênin estrategista

No Massas 539, publicamos um escrito de Lênin de 22 de abril (5 de maio) de 1917, “Os Ensinamentos da Crise”, que respondem às manifestações de 20 e 21 de abril. Tratava-se da orientação de Lênin cerca de dois meses antes dos combates de julho. Naquele momento, demonstrava e explicava que a revolução somente poderia ser vitoriosa caso o proletariado reunisse em torno de si a maioria. Importantes camadas da pequena burguesia deveriam se colocar no campo da revolução. O que significava separá-las da política conciliadora e contrarrevolucionária dos mencheviques e socialistas revolucionários. Haveria, portanto, que vencer a oscilação da pequena burguesia.

Voltamos no tempo, agora analisando as “Cartas de Longe”. Lênin se preparava para o retorno à Rússia. Esses escritos correspondem a cinco cartas, que abrangem o curto período de 7 a 26 de março (20 a 8 de abril) de 1917. A quinta carta ficou inacabada, provavelmente por ter sido escrita nas vésperas de sua partida. As cartas indicam que Lênin viu a necessidade de esclarecer a posição do Partido Operário Socialdemocrata Russo diante da constituição do governo burguês nascido da revolução de 1 de março (27 de fevereiro) de 1917. A distância não lhe impedia de ter clareza geral sobre os acontecimentos, que lhes chegavam por meio de telegramas e jornais da burguesia. Mas se ressentia das particularidades, sem as quais não poderia determinar o ritmo das transformações.

Na terceira carta, reflete seu desespero em não poder participar e interferir diretamente na ordem dos acontecimentos. Reclama: *“Daqui, desta maldita distância, não posso julgar até que ponto é iminente esta segunda revolução”*. Referia-se ao acerto de Skóbeliev, menchevique e vice-presidente do soviete de Petrogrado, ao afirmar que a Rússia se encontrava na véspera de uma segunda revolução. Acerto esse que não era acompanhado das correspondentes conclusões práticas. O que significava extrair a tática justa das condições objetivas do processo revolucionário. Para isso, era preciso ter claro *“até que ponto”* o proletariado russo estava diante da *“iminência”* da *“segunda revolução”*. A precisão com que se desenvolve o confronto entre a burguesia e a classe operária em torno do novo governo burguês era fundamental para a tática a ser adotada.

Vejamos a continuidade da apreensão com que Lênin se refere à caracterização de uma segunda revolução e o seu ritmo (a iminência). Eis: *“Por estar no lugar dos fatos, Skóbeliev pode apreciar melhor os acontecimentos. Consequentemente, não me coloco problemas para cuja solução não disponho, nem posso dispor de dados concretos necessários. Limito-me a assinalar a confirmação de Skóbeliev, uma ‘testemunha imparcial’, isto é, que não pertence a nosso partido, da conclusão real, a que cheguei em minha primeira carta, isto é, que a revolução fevereiro/março não foi senão a primeira etapa da revolução russa, que atravessa um momento histórico muito peculiar de transição à próxima etapa da revolução ou, para empregar as palavras de Skóbeliev, a ‘segunda revolução’.”*

De fato, a primeira carta de 7 março se inicia com tal caracterização: *“A primeira revolução, engendrada pela guerra imperialista mundial, eclodiu. A primeira revolução, mas, certamente, não a última. A julgar pela escassa informação de que se dispõe na Suíça, a primeira etapa desta primeira revolução, ou seja, da revolução russa de 1 de março de 1917, está concluída”*. De maneira que Skóbeliev confirmava a caracterização de Lênin, mas pela sua condição de menchevique, portanto, de apoiador do governo burguês de Guchkov e Miliukov, não poderia ser consequente. Ao contrário, afirma Lênin: *“Se queremos ser marxistas e extrair os ensinamentos da experiência das revoluções em todo o mundo, devemos nos esforçar por compreender em que consiste precisamente a peculiaridade deste momento de transição e que tática se desprende de suas características específicas objetivas”*. Era preciso saber com precisão que governo era esse que emergiu da revolução em que o proletariado foi a força motriz. E que relações de classe se desenvolviam sob tal governo e, consequentemente, em que ponto se encontrava a transição que concluiria em uma *“segunda revolução”*. Embora Lênin reconhecesse que seria um *“absurdo pensar que é possível daqui do estrangeiro determinar o ritmo real com que amadurece”* a segunda revolução, considerava que o proletariado ainda não está em condições de derrubar o novo

governo. Assim, conclui, na terceira carta, pela necessidade de organizar a classe operária como dirigente da maioria oprimida. Concretamente, correspondia potenciar os sovietes já existentes e ampliá-los para outros lugares necessários para o triunfo da revolução.

Notamos que, de conjunto nas cinco cartas, Lênin formula o programa a ser desenvolvido neste período de transição da revolução burguesa para a revolução proletária, determinando a correspondente tática para materializar a estratégia. Na primeira carta, evidenciou os fatores decisivos da revolução de fevereiro/março. Fatores que correspondiam a leis históricas (*“Os milagres não existem, nem na natureza, nem na história...”*). Lênin demonstra que sem a revolução de 1905-1907, que foi esmagada pelo czarismo, não seria possível a revolução que derrubou a monarquia. Na realidade, os levantes de 1905 constituíram a primeira revolução, que expuseram a importância do proletariado como classe revolucionária e a necessidade da aliança com a imensa massa de camponeses oprimidos. O período de reação de 1907 a 1914 não foi em vão, uma vez que completou a exposição da falência da monarquia e seu caráter sangrento. Vejamos essa síntese: *“Sem a revolução de 1905-1907, e a contrarrevolução de 1907-1914, não teria sido possível uma ‘auto definição’ tão clara de todas as classes do povo russo e de todos os povos que habitam a Rússia, essa definição da relação dessas classes, entre si e com a monarquia czarista, que se manifestou durante os oito dias da revolução de fevereiro/março de 1917”*.

A primeira guerra mundial ocupou um lugar de grande importância para a revolução. O problema não estava em reconhecer esse fato, mas se ter a clareza suficiente de sua natureza imperialista. Os bolcheviques, liderados por Lênin, já vinham travando um combate contra o socialchauvinismo, que, como tal, ocultava as raízes de classe da guerra. Em fins de outubro e início de novembro de 1916, Lênin escreveu as *“Tarefas da Esquerda de Zimmerwald no Partido Socialdemocrata Suíço”*. Defendeu a posição de que cabia ao *“Partido Socialdemocrata Suíço desmascarar o verdadeiro caráter do governo que se arrasta diante da burguesia imperialista e dos militaristas, denunciar o engano do povo com frases sobre a democracia, etc., demonstrar que esse governo (...) é muito capaz de vender os interesses do povo suíço a uma ou outra das coalizões imperialistas”*. Em dezembro, divulgou *“Teses sobre a atitude do Partido Socialdemocrata Suíço diante da guerra”*. Expôs de início a caracterização: *“A atual guerra mundial é uma guerra imperialista, cujo objetivo é a exploração econômica e política do mundo, a conquista de mercados, de fontes de matérias-primas e de novas esferas de inversão de capital, a opressão dos povos débeis, etc. A fraseologia sobre a ‘defesa da pátria’ de ambas as coalizões beligerantes não é mais que um engano burguês aos povos”*.

Lênin, assim, travou um combate sem trégua por estabelecer uma posição programática e principista sobre um fenômeno novo, que era a primeira guerra mundial. Em seu escrito *“Posição de princípios a respeito do problema da guerra”*, de dezembro de 1916, alertou o proletariado e sua vanguarda: *“A verdadeira alternativa é: ou as formas atuais, ocultas, de luta interna do partido, com seu desmoralizador efeito sobre as massas, ou uma luta de princípios, aberta, entre a tendência internacionalista revolucionária e a tendência de Grütli dentro e fora do partido”*.

Recorremos a esses escritos para mostrar como Lênin, desde a Suíça, encarnava profundamente a posição internacionalista do marxismo em uma nova situação de guerra e de luta de classes mundiais. Está aí por que a primeira Carta de Longe acentua o problema da guerra. O governo burguês russo nasceu pelas mãos do imperialismo anglo-francês e estava destinado a dar continuidade à guerra imperialista. Somente os bolcheviques poderiam dirigir o movimento revolucionário russo contra a guerra imperialista e, portanto, contra o governo de Guchkov e Miliukov, transformando-a em guerra civil do proletariado e dos camponeses contra a burguesia.

(Observação: as citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV)